

**Relações Internacionais e o estudo
da Paz e Conflito, o contexto
da Resolução de Conflitos**

RICARDO REAL P. SOUSA



Citação recomendada:

Sousa, Ricardo Real P. (2017) Relações Internacionais e o Estudo da Paz e Conflito, o Contexto da Resolução de Conflitos, em Branco, Carlos; Sousa, Ricardo Real P. e Oliveira, Gilberto Carvalho de (coord.) "Incursões na Teoria da Resolução de Conflitos". Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa; OBSERVARE. pp. 49-98

Relações Internacionais e o estudo da Paz e Conflito, o contexto da Resolução de Conflitos

INTRODUÇÃO

Este capítulo identifica o pensamento principal da disciplina (Ocidental) de Relações Internacionais (RI) relativo às questões da guerra e da paz. O objectivo é contextualizar o surgimento e desenvolvimento dos programas de investigação em Resolução de Conflitos (RC).

A primeira cátedra em Política Internacional (de uma forma geral referida como RI) criada em 1919 tinha como objetivo o estudo das causas da guerra e das condições para a paz. Desde essa altura a disciplina de RI alargou o seu objecto de estudo a outras temáticas. A sub-disciplina de RI que lida exclusivamente com as questões da guerra e paz é identificada como Estudos de Segurança Internacional (ESI). Esta sub-disciplina desenvolve-se após a Segunda Guerra Mundial e muda o enfoque da investigação da guerra para a defesa e segurança, alargando o leque de ciências sociais relevantes para o estudo deste fenómeno. O seu enfoque inicial é sobre o uso da força nas relações internacionais sendo que desde o final dos anos sessenta considera também questões económicas, ambientais e sociais juntamente com o seu enfoque tradicional em questões políticas e militares.

A RC é uma área de investigação que se inicia após a Segunda Guerra Mundial, por volta da mesma altura que os ESI, caracterizada pelo estudo do conflito como um fenómeno distinto. RC emerge com uma preocupação normativa para modificar o estado de guerra para uma paz negativa (ausência de conflito

violento) e a paz negativa para a paz positiva (ausência de conflito violento e de injustiça social). A resolução de disputas através de uma análise de conflito e resolução de problemas tem como objetivo a transição da guerra para a paz negativa, enquanto a transformação do conflito tem como objetivo a eliminação das causas profundas do conflito e visa a transição para a paz positiva e o desenvolvimento de mecanismos não-violentos de prevenção de conflito.

Desta forma existem três níveis de pensamento interligados relacionados com a paz e conflito: o nível mais geral das discussões em RI, o nível mais focado de programas de investigação sobre segurança nos ESI e a investigação e prática da RC¹.

A delimitação de períodos distintos de pensamento é frequentemente feita com referência a eventos determinantes nas relações internacionais, mas a utilização deste critério intuitivo tem a desvantagem de resultar numa falta de coerência no conteúdo científico dos períodos criados.

A influência da política na investigação e vice-versa é inquestionável. Associações genéricas podem ser feitas: do período entre as grandes guerras a uma abordagem Liberal-Idealista; do final da Segunda Grande Guerra com a afirmação do Realismo; da Guerra no Vietname com o pensamento crítico; e do período pós-Guerra Fria a múltiplos paradigmas. Mais substantivamente uma associação pode ser feita da Guerra Fria com os tópicos da guerra nuclear, teoria da dissuasão e a divisão entre Este e Oeste e do pós-Guerra Fria com os tópicos das guerras civis, intervenções humanitárias e, após os ataques de 11 de Setembro, o terrorismo. De uma forma geral programas académicos têm um desenvolvimento teórico e empírico autónomo da actualidade política (Levy J. , 2007)

A Guerra Fria teve diferentes fases que influenciaram diferentemente o estudo da paz e conflito, em particular a RC, e a polaridade do sistema internacional tem diversas importantes implicações, em particular em RI, mas estas características não resumem o espectro de investigação e não correspondem exatamente a desenvolvimentos substantivos e epistemológicos. A revolução behaviorista no contexto da qual importantes programas de investigação em ESI se desenvolvem (por exemplo a Investigação da Paz) não está diretamente associada ao final da Segunda Guerra Mundial ou a períodos da Guerra Fria. Da mesma forma o aumento de paradigmas que estudam a paz e con-

¹ O capítulo aborda o pensamento mais ilustrativo destes níveis e as suas ligações com a política externa e prática e por esta razão não é exaustivo na apresentação das diferentes abordagens. Para mais informação ver as referências identificadas na tabela 2.2.

flito, normalmente associado ao período pós-Guerra Fria, são desenvolvimentos de trabalhos iniciados nos anos sessenta e oitenta. Ou, tal como ilustrado por Levy (2007), modelos de negociação em guerra, teorias de racionalidade ou teorias de decisão e comportamentais não estão por si mesmas ligadas a eventos ou agendas políticas.

Um critério mais útil para a delimitação de períodos é a definição de ciência: a ciência é definida pelo que estuda e como estuda². No entanto a aplicação deste critério não é um procedimento linear. Olhando para “o que estuda”, investigação que segue um enfoque Realista no poder ou Liberal no “interesse próprio comum” ocorre durante todo o século XX. Mesmo a distinção clássica entre um período entre-Grandes Guerras Idealista-Liberal e um período pós-Segunda Guerra Mundial Realista é enganoso, pois ambas as abordagens ocorrem em ambos os períodos e têm os seus fundamentos em textos clássicos. O enfoque clássico no estado e setor militar continua até aos dias de hoje e o alargamento do objeto de referência (a grupos ou indivíduos) ou setores (economia, sociologia, psicologia) não ocorre de uma forma coordenada no tempo ou foi exclusivo de abordagens específicas.

O critério epistemológico de “como se estuda” permite uma mais clara delimitação temporal. A revolução behaviorista ou as abordagens refletivistas/pós-positivistas alteraram o mapa das ciências sociais, mesmo que seja só possível delimitar um período em que estes desenvolvimentos ocorrem e não um ano específico ou publicação. Desta forma os quatro (grandes) debates nas RI podem contribuir para a delimitação dos períodos de análise, pois refletem tanto como é que a paz e conflito são conceptualizados, como são estudados³.

² A inspiração para este capítulo é o livro de Buzan e Hansen (2009) sobre a evolução dos Estudos de Segurança Internacional (ESI). Este capítulo pretende realizar um estudo semelhante num mais curto trabalho e com um enfoque distinto, o de contextualizar a RC, algo que Buzan e Hansen optaram por não incluir no seu livro. O quadro de análise dos autores é baseado na política das grandes potências, tecnologia, eventos, debates académicos e institucionalização. A opção deste capítulo de se focar nesta definição de ciência traduz-se numa análise mais detalhada da dimensão de debates académicos. A contextualização destes debates nas RI e ESI fazem referência às dimensões da política das grandes potências, eventos e tecnologia (principalmente do poder nuclear). Por razões de espaço a dimensão de institucionalização não é explorada neste capítulo.

³ Algumas limitações deste critério: os debates não refletem a totalidade de eventos no mundo, envolvem principalmente académicos Anglo-Saxónicos, as fronteiras entre grupos são confusas, algum importante trabalho académico não se insere em nenhum debate e a existência destes “grandes debates” é questionado por alguns académicos. Apesar destas limitações este critério é preferível a outros (por exemplo eventos históricos, padrões de conflito ou características sistémicas) e é capaz de relatar o desenvolvimento do pensamento académico interligando-o com as relações internacionais.

Quatro períodos são delimitados pelos quatro debates em RI: o grande debate Realista-Idealista nos anos 30 e 40; o grande debate entre tradicionalistas e behavioristas nos anos 50 e 60; o debate inter-paradigmático nos anos 60 e 80; e o grande debate entre racionalistas e refletivistas desde os anos 90. Estes períodos são contextualizados pelos eventos históricos e ligados às preocupações de segurança nas RI, ESI e RC.

O primeiro período ocorre até aos anos 40, a década em que a Segunda Guerra Mundial acaba, um evento que simboliza a emergência do Realismo como o pensamento dominante nas RI após o fracasso do Idealismo-Liberal de prevenir a ocorrência de uma grande guerra. A investigação neste período é caracterizada por uma abordagem tradicionalista nas RI baseada na filosofia política clássica. Este período é simbolicamente delimitado como tendo começado em 1919 com a criação da primeira cátedra em RI e a afirmação política da tradição Idealista-Liberal que caracteriza o período entre as grandes guerras, mesmo que as tradições de pensamento em RI sejam baseadas em trabalhos clássicos anteriores a esta data. A principal mudança sistémica neste período é a mudança de uma liderança Britânica para uma liderança Americana e a principal preocupação de segurança é o conflito inter-estatal.

O segundo período ocorre nos anos 50 e 60 quando a abordagem behaviorista desafia os métodos de investigação tradicionalistas. A abordagem behaviorista é muito influenciada por desenvolvimentos nas ciências exatas mas a pressão de fazer as ciências sociais “científicas” não pode ser dissociada da necessidade de ter os métodos de investigação mais válidos de forma a compreender e prevenir o potencial de destruição mútua latente sobre a humanidade nos primeiros tempos do impasse nuclear entre os Estados Unidos e a União Soviética, característico da Guerra Fria. Mesmo que no rescaldo da crise dos mísseis de Cuba de 1962 exista algum desanuviamiento das tensões entre as grandes potências, durante os anos da Guerra Fria a principal preocupação de segurança é a possibilidade de um conflito (nuclear) inter-estatal. Este é o período em que os ESI emergem para mudar o enfoque da guerra e defesa para a segurança e a negociação adquire relevância como um mecanismo de RC de forma a gerir as tensões da Guerra Fria.

O terceiro período ocorre no debate inter-paradigmático nos anos 60 e 80. Na sequência da conceptualização de paradigmas por Thomas Khun (1962), os académicos de RI debatem qual das abordagens teóricas clássicas é a mais apropriada. A humanidade havia aprendido a viver com as ameaças da Guerra Fria e podia agora analisar comparativamente as diferentes propostas do Realismo, Liberalismo e Marxismo. Mesmo que nesta altura tenham existido propostas para uma epistemologia pós-positivista, estas não teriam

um impato significativo nas abordagens adoptadas até ao final dos anos 80. No início dos anos 80 as tensões entre as grandes potências aumentam e só desanuviariam após a eleição de Michael Gorbachev para Presidente da União Soviética em 1985.

O quarto período inicia-se nos anos 90 e é marcado pelo alargamento das abordagens académicas no debate entre as abordagens racionalistas e refletivistas e abordagens positivistas e pós-positivistas. Este debate ocorre em simultâneo com o rescaldo do fim da União Soviética, a emergência dos Estados Unidos como a única super potência e aumento da relevância dos conflitos intra-estatais e da segurança humana. As principais abordagens racionalistas e positivistas do Realismo e Liberalismo são desafiadas por novas abordagens refletivistas e pós-positivistas que se materializam no construtivismo, feminismo, pós-estruturalismo ou abordagens críticas inspiradas no Marxismo. Os anos 90 são caracterizados por uma reflexão por parte dos Estados Unidos sobre que papel deveria assumir no novo sistema unipolar. Após a consideração inicial de um multilateralismo assertivo, os ataques do 11 de Setembro em 2001 determinam firmemente que a “Guerra Global ao Terror” iria substituir a Guerra Fria como preocupação principal de segurança. Mais recentemente são os poderes emergentes, em particular a China, que tem atraído considerável atenção devido ao seu possível impacto na estrutura sistémica de segurança.

Tabela 1.1: Os grandes debates em Relações Internacionais e as preocupações de segurança

Séculos XX e XXI	1919 a 1940s	1950s	1960s	1970s	1980s	1990s	Desde 2000
Grandes debates em RI	Realismo versus Idealismo (1930s e 1940s)	Tradicionalismo versus Behaviorismo		Debate inter-paradigmático entre Realismo, Liberalismo e Marxismo		Racionalistas versus refletivistas	
Principal aspecto do ambiente securitário sistêmico	Da liderança Britânica à liderança dos Estados Unidos	Guerra Fria (EUA versus União Soviética)				EUA num mundo unipolar	
	Idealismo liberal desde a Primeira GM (1914-1918) até à segunda GM (1939-1945)	Dissuasão nuclear até 1962	Desanuvioamento até à invasão Soviética do Afeganistão, 1962-1979		Aumento das tensões, 1979-1985 Desanuvioamento das tensões, 1985 -1991	Multilateralismo assertivo dos EUA, 1991-1994	Após 2001 “Guerra Global ao Terror” Poderes emergentes (em particular a China)
Principal focus securitário	Conflito inter-estado	Conflito (nuclear) inter-estado				Conflito inter-estado e intra-estado e segurança humana	

O capítulo está estruturado de acordo com os quatro períodos dos debates em RI, apresentando o contexto em que os debates ocorrem e a caracterização do pensamento em ESI e RC. O capítulo não estabelece relações causais mas salienta o contexto histórico em que os debates académicos ocorrem num contexto político específico e vice-versa. Apesar do desenvolvimento independente dos programas de investigação, estes não são neutros à urgência do fenómeno de conflito e às aspirações de paz no mundo e, em maior ou menor grau, estão inseridos em preocupações normativas relativamente à gestão da situação vigente (*status quo*) ou na sua transformação emancipatória.

1919 À DÉCADA DE 1940 – REALISMO *VERSUS* IDEALISMO

As RI são caracterizadas por três abordagens clássicas teóricas que evoluíram até aos dias de hoje: Realismo, Liberalismo e Marxismo, ramificaram-se durante o século XX e influenciam muito do pensamento em ESI e RC.

O Realismo é caracterizado por uma perspetiva pessimista da natureza humana que é transposta para o nível do Estado no pressuposto que os Estados sempre procuram o seu interesse próprio. O interesse primordial de um Estado é a sobrevivência, e o poder é considerado como o mecanismo através do qual os estadistas podem assegurar essa sobrevivência. Devido à natureza anárquica das relações entre Estados, onde não existe uma autoridade acima do Estado, existe sempre a possibilidade que o conflito de interesses entre Estados possa resultar em guerras. Neste ambiente os Estados têm um dilema de segurança onde se o Estado A aumenta o seu poder militar para a sua própria segurança conduz a que outros aumentem também o seu poder militar e desta forma o Estado A acaba mais inseguro do que antes de ter aumentado o seu poder militar (Herz, 1951). No Realismo o potencial de conflito está sempre presente, períodos sem conflito ou com estabilidade são delicados equilíbrios de poder ou exercícios hegemónicos de controlo que podem necessitar de conflito como um mecanismo para manter a ordem. Referências clássicas nesta tradição são Tucídides (460 a.C – 406 a.C), Nicolau Maquiavel (1469-1527), Thomas Hobbes (1588-1679) ou Jean-Jacques Rousseau (1712-78).

O Liberalismo é definido por uma perspetiva optimista da natureza humana com um enfoque na regulação de poder através da razão, direito e instituições onde interesses comuns ou valores partilhados podem atenuar o potencial de conflito entre Estados e pessoas. Não é uma rejeição da anarquia mas uma proposta que o risco de conflito presente na anarquia pode ser reduzido

através de arranjos institucionais que refletem o interesse comum, algo que é do interesse próprio dos Estados. A paz é alcançada pela maior interdependência económica, valores de direitos humanos partilhados (por exemplo democracia) e pela segurança coletiva. A segurança coletiva é definida como uma coligação de Estados onde a segurança de um Estado é uma preocupação e responsabilidade de todos e em que todos acordam não se atacarem mutuamente e defender qualquer um daquele colectivo em caso de ataque por outro Estado. No Liberalismo, a cooperação institucional, normas partilhadas e interdependência económica são os requisitos para evitar o conflito. Referências clássicas nesta tradição são Immanuel Kant (1724-1804), Jeremy Bentham (1748-1747) ou Adam Smith (1723-1790).

O Marxismo está principalmente focado nas condições materiais económicas desfavoráveis das classes subjugadas e é optimista em relação ao potencial de emancipação. Apesar de a análise socioeconómica Marxista não ter sido desenvolvida para explicar a política internacional, os seus princípios seriam aplicados para explicar a ocorrência de conflito e desigualdade económica entre estados. A paz é assegurada através da remoção da dominação estrutural económica de uma entidade por outra entidade, quer seja o Estado, indivíduos ou grupos de indivíduos. Porque uma tal transformação nas relações de poder é difícil de conseguir pacificamente, algumas perspectivas consideram que o conflito poderá ser um meio necessário para atingir uma mais justa relação. Referências clássicas nesta tradição são Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895)⁴.

Apesar de significativamente diferentes nas suas visões, estas três abordagens teóricas partilham os princípios do racionalismo, secularismo e crença no pensamento científico e progresso característicos do Iluminismo Europeu do século XVIII. O denominador comum destas ciências sociais é a sua esperança e “devir”⁵. Desde as abordagens mais científicas reivindicando uma análise neutra de valores até às abordagens mais focadas no normativo e valores que explicitamente assumem o objetivo de “transformação”, o enfoque é nos desafios ou “males” do mundo, para os explicar ou compreender, para que a sociedade, ou grupos, possam gerir o *status-quo* ou a sua transformação.

⁴ Abordagens inspiradas no Marxismo ganham notoriedade com a afirmação da União Soviética como uma superpotência e o começo da Guerra Fria. Alguns dos eventos mais significativos são os processos de descolonização dos anos 40 e 60 (por vezes conflituosos), as guerras na Coreia e Vietname, as operações secretas dos Estados Unidos na América Latina e a adoção da agenda do desenvolvimento no sistema da ONU (Buzan & Hansen, 2009).

⁵ Nada neste mundo é constante exceto a mudança e transformação.

A abordagem Realista do equilíbrio de poder entre grandes potências, conhecida como o Concerto Europeu, foi o principal mecanismo de segurança nos cem anos anteriores à Primeira Guerra Mundial. Iniciada em 1914, com uma destruição nunca vista e que requereu a mobilização total das sociedades envolvidas, foi o “trauma” que conduziu a um novo período de pensamento Idealista-Liberal que tem como objetivo o desenvolvimento de uma ciência da paz que pudesse ir além da resposta moral do pacifismo. É neste enquadramento que as RI são fundadas como uma disciplina académica.

O período entre as Grandes Guerras é caracterizado pela adopção de uma abordagem Liberal que tem como principal preocupação evitar uma grande guerra. Explicitamente rejeita os princípios Realistas do equilíbrio de poder e diplomacia secreta. A abordagem, mais tarde caracterizada como Idealismo-Liberal, é centrada no Estado, baseada no princípio de segurança coletiva, suportada em instituições de diplomacia multilateral permanente e direito internacional como forma de assegurar a paz entre os estados. As iniciativas mais simbólicas desta abordagem foram a criação da Liga das Nações em 1920 e a assinatura do Pacto de Kellogg-Briand em 1928.

A Liga das Nações (ou Sociedade das Nações) foi um dos catorze pontos proposto pelo Presidente americano Woodrow Wilson em 1919 na Conferência de Paz de Paris subsequente ao fim da Primeira Guerra Mundial em 1918. Um conjunto de constrangimentos limitaram o potencial da Liga das Nações de cumprir com as expectativas depositadas na nova instituição. O principal constrangimento foi a rejeição em 1920 pelo Senado Americano da filiação dos Estados Unidos na Liga das Nações. Apesar da sua incapacidade de prevenir a Segunda Guerra Mundial, a Liga das Nações constitui uma importante tentativa de institucionalizar mecanismos para a paz, que conduziram ao estabelecimento em 1945 da Organização das Nações Unidas (ONU) constituída num espírito “Idealista mais realista”.

O Pacto Kellogg-Briand assinado em 1928 ilustra por que o período Liberal entre as Grandes Guerras seria apelidado de Idealista (ou mesmo utópico). Em três breves artigos o pacto estipula que os signatários rejeitam a guerra como forma de resolver disputas entre Estados. No primeiro artigo estabelece que: “As Altas Partes Contratantes declaram solenemente em nome das suas respectivas populações que condenam o recurso à guerra como forma de solucionar controvérsias internacionais, e renunciam à guerra como sendo um instrumento de política nacional nas relações entre as partes contratantes.”

E o segundo artigo estabelece que:

“As Altas Partes Contratantes concordam que a resolução de disputas ou conflitos, de qualquer natureza ou com qualquer origem, que possam surgir entre as partes contratantes, nunca deve ser procurada sem ser por meios pacíficos”⁶.

A Grande Depressão dos anos 30 juntamente com a ascensão do fascismo na Itália e Alemanha e a Segunda Guerra Mundial diluem a crença nas aspirações de paz do Idealismo-Liberal (Kriesberg L. , 1997). Mais especificamente a Segunda Guerra Mundial “resolveu” o “primeiro grande debate” nas RI entre o Liberalismo-Idealista e o Realismo em favor deste último⁷. Estadistas e académicos não podiam ser “inocentes” ao considerar que os ideais Liberais poderiam prevalecer sobre as fortes considerações materiais do poder.

Adicionalmente, o fracasso dos tratados e pactos assinados no período entre as Grandes Guerras tiveram implicações na forma como os acordos foram subestimados durante a Guerra Fria e, quando assinados, limitados ao tópico de controlo de armamentos. Especificamente o fracasso dos acordos feitos pela Alemanha Nazi, em 1938 com a Grã-Bretanha e França, e em 1939 com a União Soviética, para prevenir a Segunda Guerra Mundial, criaram a percepção nas décadas seguintes que uma paz duradoura só podia ser conseguida através de uma vitória retundante (Wallenstein, 2001)⁸.

Outro evento significativo que ocorre no início do século XX é o uso de “Satyagraha” (ou luta pela verdade) por Mahatma Gandhi na África do Sul e Índia como uma forma de transformação política não-violenta. Esta abordagem iria inspirar o pensamento e processos políticos no século XX. Por exemplo a resistência não-violenta contra o *apartheid* na África do Sul por Nelson Mandela nos anos 50, o movimento de direitos civis nos Estados Unidos nos anos 60 ou o método de solução de problemas na resolução de conflitos de John Burton nos anos 60 (Ramsbotham, Woodhouse, & Miall, 2011).

A nova disciplina de RI emerge na academia no século XX para estudar um assunto até então analisado na perspetiva do direito internacional, diplomacia histórica, filosofia e ciência política. As RI são estatocêntricas e com um focus em assuntos relacionados com o conflito violento entre-Estados, com preocupações

⁶ O terceiro artigo não é substantivo.

⁷ Ver Carr (1939) e Morgenthau (1948).

⁸ Neste período a União Soviética progressivamente abandona uma abordagem de solidariedade do proletariado internacional, algo que na atualidade poderia ser designado como um movimento social transnacional de emancipação da classe trabalhadora. Em 1934 a União Soviética assume a filiação na Liga das Nações adotando uma abordagem estadocêntrica, se bem que com contornos distintos da abordagem capitalista (Cravinho, 2002).

Realistas relativas às corridas ao armamento, iniciação de conflito e sua frequência, aspirações Liberais de pacificação e cooperação e interesses Marxistas sobre revoluções políticas⁹. De uma forma geral o enfoque académico é em aspetos da guerra, e no máximo em como a evitar (Gleditsch N. P., 2008).

A metodologia utilizada é principalmente tradicionalista: análise filosófica, histórica, legalista e sociológica, formulada em teorias que não necessitam ser testadas, baseada principalmente em dados qualitativos e estudos de caso num processo guiado essencialmente pela intuição e interpretação do académico. A institucionalização da nova disciplina ocorre principalmente nos Estados Unidos e na Europa e está associada à criação, em 1919 no País de Gales, da cátedra Woodrow Wilson na Universidade de Aberystwyth. De uma forma geral, até à Segunda Guerra Mundial a disciplina de RI não pode ser caracterizada como uma disciplina com as suas instituições próprias, investigadores dedicados e revistas académicas. Nesta fase é muito definida por propostas individuais de académicos que procuram estabelecer uma disciplina (Rogers & Ramsbotham, 1999).

DÉCADAS DE 1950 E 1960 – TRADICIONALISMO *VERSUS* BEHAVIORISMO

A literatura do período posterior à Segunda Guerra Mundial é distintiva na forma mais abrangente de concetualizar o conflito associando-o à segurança em vez de à defesa ou ao combate¹⁰. Desta forma alarga o conceito a assuntos de coesão social e à relação entre ameaças militares e não-militares a vulnerabilidades, mesmo que só com o final da Guerra Fria estas alterações tenham sido totalmente refletidas na literatura (Buzan & Hansen, 2009).

A Guerra Fria com início nos anos seguintes à Segunda Guerra Mundial, é caracterizada por um mundo bipolar opondo os estados capitalistas aos estados socialistas, cada grupo liderado por uma superpotência, os Estados Unidos da América e a União Soviética respetivamente. Neste período, a estabilidade está baseada no equilíbrio do poder (nuclear) e destruição mútua assegurada¹¹.

⁹ Outros estudos também abordam os conflitos numa perspetiva psicológica ou sociopsicológica, aspetos não-racionais, negociação e acordos coletivos no contexto da gestão de organização e relações laborais (Kriesberg L. , 2009).

¹⁰ A primeira referência oficial ao conceito de segurança nos Estados Unidos é no National Security Act de 1947 (Bilgin, Booth, & Jones, 1998)

¹¹ Uma doutrina de estratégia militar em que o uso generalizado de armas de destruição maciça, em particular armas nucleares, por dois ou mais grupos opostos conduz à aniquilação completa de tanto o estado que ataca como o que se defende.

A Guerra Fria tem quatro períodos distintos no seu nível de tensões das relações entre as superpotências. O primeiro período de dissuasão nuclear é caracterizado por uma intensificação das tensões e dura até à crise dos mísseis de Cuba em 1962, o auge da Guerra Fria¹². O segundo período de desanuviamiento teve uma diminuição das tensões entre 1962 e 1979, altura em que a União Soviética invade o Afeganistão¹³. No terceiro período as tensões intensificam entre 1979 e 1985, altura em que Mikhail Gorbachev se torna presidente da União Soviética. As tensões diminuem no quarto período, que dura desde 1985 até ao final da Guerra Fria em 1991 com a dissolução da União Soviética, simbolizado na queda do muro de Berlim em 1989.

O receio de confrontação entre as superpotências, presente durante toda a Guerra Fria mas particularmente preocupante no primeiro período, conduz a um enfoque das RI em temas delicados realistas, racionalistas e estatocêntricos associados com os Estudos Estratégicos, uma sub-disciplina dos ESI, focado em questões de prevenção de uma guerra nuclear, intensificação do conflito e combate, forças armadas e complexo industrial militar, processo de decisão em política externa e comportamento internacional de estados.

Este é o período do “segundo grande debate” em RI, um debate principalmente sobre questões metodológicas opondo abordagens tradicionalistas e behavioristas¹⁴. Os académicos tradicionalistas seguem a abordagem clássica de filosofia política apresentada anteriormente. Académicos behavioristas consideram que o investigador deve ser neutro, independente do objeto de estudo que analisa, que a teoria deve racionalmente explicar o comportamento dos estados (e outros atores) identificando causalidade, que só pode ser validada através de testes empíricos, frequentemente realizados com bases de dados ou estudos de caso¹⁵. Esta é considerada a “revolução científica” nas ciências sociais que teve expressão nas tradições Realistas e Liberais de RI assim como noutras disciplinas.

¹² Eventos importantes neste período são: o bloqueio Soviético a Berlim Ocidental entre 1948 e 1949 e a construção do muro de Berlim em 1961; a guerra da Coreia entre 1950 e 1953; a crise do canal de Suez em 1956 que confirmou a bipolaridade pela incapacidade dos poderes europeus de serem independentes dos Estados Unidos, e o lançamento do primeiro satélite artificial - Sputnik - pela União Soviética em 1957 (Buzan & Hansen, 2009).

¹³ A invasão do Afeganistão pela União Soviética foi um evento simbólico num conjunto de eventos que conduz ao fim da política de desanuviamiento entre os Estados Unidos e a União Soviética. Anteriormente tinham ocorrido revoluções socialistas no Corno de África (Etiópia em 1974, Somália em 1969 e a guerra da independência Eritreia em 1962) e na Nicarágua em 1978/1979, conflitos nacionalistas na Namíbia desde 1966 e Rodésia/Zimbabué desde 1964, duas invasões no Shaba em 1977 e 1978 e a revolução Iraniana em 1979.

¹⁴ Ver Bull (1966) e Kaplan (1966).

¹⁵ O aparecimento de computadores nos anos cinquenta e sessenta ajudou significativamente os estudos que utilizam grandes bases de dados e modelos estatísticos.

Este período é considerado a “era dourada” de RI, onde um sentimento de receio e urgência relativamente à ameaça nuclear conduz a importantes desenvolvimentos no pensamento académico, com significativos financiamentos de investigadores civis que tinham acesso sem precedentes aos governantes Ocidentais e influência sobre o desenho das políticas de segurança e de relações externas (Williams, 2008).

O Behaviorismo tem um profundo efeito na forma como se estuda o conflito, por exemplo no que se refere aos níveis de análise ou modelos de decisão racional. Três níveis de análise são conceptualizados para identificar as causas da guerra: o indivíduo, o estado-nação e o sistema internacional (Waltz K. N., 1959; Singer, 1961).

“O nível do indivíduo tem o enfoque principal na natureza humana e nos líderes políticos individuais, seus sistemas de crenças, processos psicológicos, estados emocionais e personalidades. O nível do estado-nação (ou nacional) inclui fatores como o tipo de sistema político (autoritário ou democrático, e suas variantes), a estrutura da economia, a natureza dos processos políticos, o papel da opinião pública e grupos de interesse, etnicidade e nacionalismo, e a cultura política e ideologia. O nível do sistema inclui a estrutura anárquica do sistema internacional, a distribuição de poder económico e militar entre os estados principais no sistema, padrões de alianças militares e comércio internacional, e outros fatores que constituem os ambiente externo de todos os estados”. (Levys, 2011, p. 14).

Modelos de decisão racional para analisar e prever o comportamento das superpotências tornam-se bastante populares e sofisticados. Dois modelos destacam-se, um prevendo cooperação e outro deserção entre estados. Redução Gradual Recíproca de Tensões (*Gradual Reciprocation in Tension Reduction – GRIT*) é uma estratégia desenhada para a redução de hostilidades entre partes em conflitos e conseguir a cooperação através de uma das partes unilateralmente sinalizar uma intenção de terminar o conflito dependente de reciprocidade da outra parte (Osgood, 1962). De entre os modelos de teoria de jogos, o modelo do dilema do prisioneiro tem bastante notoriedade ao propor que quando jogado com uma única interação, a melhor estratégia para dois indivíduos racionais poderá não ser a colaboração mas deserção, mesmo que aparentemente seja do interesse próprio de ambos cooperar (Rapoport & Chammah, 1965).

As abordagens behavioristas têm inicialmente expressão em duas abordagens dos ESI: Estudos Estratégicos e Investigação da Paz, e ambas partilham nesta altura uma preocupação com a segurança do estado ameaçada por forças

externas. A sua principal distinção é um diferente posicionamento normativo em relação ao conflito. Enquanto os Estudos Estratégicos focam-se em como conseguir a vitória ou evitar a derrota numa guerra, a Investigação da Paz foca-se em identificar as causas do conflito (ver a tabela 1.2 em anexo para a identificação dos períodos da Investigação da Paz)¹⁶.

As expectativas Liberais depositadas na ONU em 1945 para desempenhar um papel essencial como um mecanismo institucional que assegure a paz foram parcialmente frustradas. Se a ONU foi capaz de, durante a sua existência e tal como previsto, estabilizar as relações entre Estados, foi menos capaz de antecipar e lidar com o conflito intra-estatal e nunca se transformou numa autoridade autónoma para a paz, tal como alguns idealistas aspiravam.

Durante a Guerra Fria a ONU esteve num impasse onde o compromisso entre as superpotências era moralmente questionável e só nos anos 90 a organização se equipou com uma arquitetura abrangente para lidar com o conflito intra-estatal.

Durante a existência da ONU, a delegação da autoridade estatal a uma terceira parte multilateral nunca foi efetivamente considerada, determinando significativamente, mas não eliminando, a capacidade da ONU atuar como um agente de direito próprio. Um evento significativo, ainda por esclarecer na história da ONU, foi a morte do seu Secretário-geral Dag Hammarskjöld em 1961, quando o avião em que viajava caiu sobre o Zimbabué quando se dirigia ao Congo para discutir um cessar-fogo. Visto mais como um general independente do que um secretário do Conselho de Segurança, Dag Hammarskjöld seguiu uma política independente relativamente aos processos de descolonização que ocorriam no continente Africano na altura.

Na prática das relações internacionais, o princípio da segurança coletiva, tal como definido na ONU, foi revogado pelo princípio de defesa coletiva, em que um grupo de estados concorda em defender os seus membros de ataques por outros estados. Alianças militares de defesa coletiva foi a orientação assumida na Guerra Fria opondo a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) criada em 1949 ligando o bloco capitalista, ao Pacto de Varsóvia criado em 1955 e ligando o bloco socialista.

Mesmo que não concretizando as aspirações de segurança coletiva, no período após a Segunda Guerra Mundial várias instituições multilaterais são criadas reafirmando a perspetiva Liberal das RI. Os principais exemplos são a criação em 1945 da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a

¹⁶ Para uma análise mais detalhada ver o capítulo Genealogia da Investigação da Paz.

Cultura (UNESCO), do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial (BM) e em particular a criação em 1952 da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, precursora da União Europeia. Esta comunidade europeia era a prova que os países europeus, que haviam coexistido num paradigma realista de conflitos durante séculos, conseguiram encontrar os interesses comuns que conduzissem à estabilidade, revitalizando a tradição Liberal das RI.

A crise dos mísseis de Cuba em 1962 representa o auge das tensões na Guerra Fria e a sua resolução pacífica salientou a importância da negociação.

No rescaldo da crise o presidente americano John. F. Kennedy adopta em 1963 a abordagem GRIT e consegue desanuviar as tensões com a União Soviética através de negociações no que seria identificado como a “experiência Kennedy”. A abordagem resulta num conjunto de acordos assinados, mais significativamente no Tratado de Proibição Limitada de Testes Nucleares em 1963 e a primeira ronda bilateral das Conversações sobre Limites para Armas Estratégicas começa em 1969 e conduz à assinatura em 1973 do Tratado de Mísseis Anti-Balísticos¹⁷. Esta política de desanuviamento é continuada pelo presidente Americano subsequente Richard Nixon até ao final dos anos 70 e, apesar de não ter eliminado a rivalidade entre superpotências, diminuiu significativamente o risco de guerra¹⁸.

Na academia, investigação sobre a negociação de conflitos existentes começa a ser realizada de uma forma sistemática utilizando abordagens de solução de conflitos a partir da segunda metade da década de 60. John Burton organiza uma série de sessões de trabalho entre as décadas de 60 e 80. Burton propõe que a abordagem de solução de conflitos é mais do que uma técnica de resolução de conflitos. Considera que os sistemas socio-culturais têm pressupostos subjacentes que os tornam mais resistentes à mudança do que os indivíduos que os compõem. Quando novos problemas surgem, os atores recorrem a estes pressupostos subjacentes — valores por defeito (*default values*). Esta reacção é apelidada de aprendizagem primária (*first-order learning*). A transformação de sistemas sociais (conflitivos) requer uma aprendizagem

¹⁷ Outros acordos são o Telefone Vermelho, linha directa de comunicação entre os governantes dos Estados Unidos e da União Soviética (1963), o uso pacífico do espaço (1967), o Tratado de Não-Proliferação Nuclear (1968), Tratado sobre a Proibição da Colocação de Armas Nucleares e Outras Armas de Destruição em Massa no Leito do Mar e no Fundo do Oceano (1971), a Convenção sobre as Armas Biológicas (1972) e a segunda ronda de Conversações sobre Limites para Armas Estratégicas ocorre entre 1972 e 1979.

¹⁸ O presidente Americano Richard Nixon encontra-se com o secretário-geral do Partido Comunista Soviético Leonid I. Brezhnev em Moscovo em Maio de 1972. Nixon inicia no início da década de 70 uma abertura das relações com a China que conduziu ao seu encontro em Pequim com o Presidente Mao-Tse-Tung em Fevereiro de 1972, uma visita que Nixon caracterizaria como “a semana que mudou o mundo”.

secundária (*second-order learning*), uma vontade e capacidade de desafiar os pressupostos subjacentes. De forma a não ser episódica, a transformação de conflito em paz precisa de uma aprendizagem secundária, conseguida mais eficientemente através de processos de planeamento participativo (Ramsbotham, Woodhouse, & Miall, 2011).

Inspirado em Burton, em 1965 Herb Kelman inicia o que viria a ser o programa de Harvard de solução de problemas com uma abordagem multidisciplinar e com um enfoque em conflitos persistentes. O programa ainda decorre tendo adquirido outros objectivos como a investigação, educação e formação e propondo nos anos 80 uma orientação para jogos de soma positiva, solução de problemas e ganho mútuo (Rogers & Ramsbotham, 1999).

Importantes desenvolvimentos nos anos 60 também ocorrem dentro dos Estados com movimentos da sociedade civil, frequentemente inspirados numa abordagem não-violenta do tipo “Satyagraha”. Nos Estados Unidos as pessoas procuram mais poder e participação, numa revolução contracultura por direitos dos nativos americanos, direitos civis, direitos das mulheres e contra a guerra no Vietname (1954-1975) e guerra nuclear (Byrne & Senehi, 2009). As pessoas procuram resolver os seus próprios problemas o que origina o aparecimento de mecanismos alternativos de resolução de litígios, populares nos anos 60, e ocorre uma expansão de centros comunitários de resolução de disputas nos Estados Unidos nos anos 70 e 80 (Kriesberg L. , 2009). Na Europa, movimentos da sociedade civil adotam temas semelhantes como o ambiente, justiça e paz¹⁹. Os mais simbólicos destes movimentos são os protestos estudantis de 1968 em França, e no bloco socialista em Praga, Varsóvia e na Jugoslávia. Estas aspirações da sociedade civil são refletidas na academia e é na intersecção do ativismo para a paz e dos estudos académicos que a Investigação da Paz surge (Gleditsch, Nordkvelle, & Strand, 2014).

A Investigação da Paz inicia-se nos anos 60 nos Estados Unidos e na Europa para estudar as causas do conflito com uma abordagem behaviorista. Um dos seus principais académicos é Johan Galtung que, entre outras contribuições, conceptualiza a Paz como mais do que a negação da Guerra. A Guerra é definida como conflito violento, enquanto a paz negativa é a ausência de conflito violento, e a paz positiva, não só a ausência de conflito violento mas também a condição em que a violência estrutural é eliminada ao conseguir-se justiça

¹⁹ Nos anos 50 e 60 ocorre a campanha para o desarmamento nuclear e nos anos 70 e 80 as campanhas contra a instalação de mísseis da OTAN (Pershing II com ogivas nucleares) em cinco países da Europa Ocidental (Moita, 1985).

social e estabelecer mecanismos de prevenção de conflito não-violentos. A violência na “violência estrutural” é a diferença entre o potencial e o atual, e considera que o investigador deve ter um compromisso normativo com a transformação social para a realização do potencial (Galtung, 1969). Esta proposta responde a algumas das considerações do ativismo para a paz fundindo a tradição Idealista-Liberal clássica com a tradição Marxista, Marxismo da democracia social (Buzan & Hansen, 2009). Adicionalmente procura refocar o debate da Guerra Fria entre o Ocidente e o Leste para as relações entre o Norte e o Sul, uma mudança que teria expressão nas décadas de 70 e 80 (ver capítulo Genealogia da Investigação da Paz).

DÉCADAS DE 1970 E 1980 – DEBATE INTERPARADIGMÁTICO

Na década de 70 existe uma aceitação generalizada entre académicos das RI dos argumentos behavioristas como válidos mesmo que os seus requisitos metodológicos sejam seguidos de uma forma flexível. Juntamente com este desenvolvimento o trabalho de Thomas Khun (1962) sobre paradigmas de investigação iria influenciar o debate interparadigmático. Kuhn propôs que períodos de “acordo no paradigma” ocorrem quando a comunidade científica está em acordo sobre a validade de um determinado paradigma e concentra os seus esforços no desenvolvimento do conhecimento sobre um assunto específico utilizando metodologias semelhantes, algo que contribui para o conhecimento acumulado. Em períodos de “mudança de paradigma” ou “fase revolucionária” os investigadores concentram os seus esforços em conseguirem domínio teórico. Apesar de assegurar inovação teórica este período contribui menos para o conhecimento acumulado. Devido à incomensurabilidade das diferentes teorias, verifica-se uma implicação para as RI: de forma a aumentar o conhecimento acumulado a comunidade científica estaria melhor se adoptar um paradigma único: Realismo, Liberalismo ou Marxismo²⁰ (Kurki & Wight, 2013).

Dois desenvolvimentos são ilustrativos deste período. Um é o debate entre o Neo-realismo e o Neoliberalismo e outro é o desenvolvimento da teoria da dependência influenciada pelo pensamento Marxista-Leninista.

²⁰ A identificação dos paradigmas no debate interparadigmático varia na literatura, e inclui: Liberalismo, Realismo e teorias de RI radicais; Realismo, Institucionalismo e Estruturalismo; Realismo, Pluralismo e Marxismo ou Realismo, Pluralismo e Globalismo.

O livro de Kenneth Waltz “Teoria da Política Internacional” (1979) concetualiza o, muito debatido na altura, nível sistémico de análise. Waltz especifica como a estrutura da política internacional, caracterizada pelo número de grandes potências, determina o comportamento dos estados e a estabilidade expectável no mundo. O focus é a segurança do estado e a sua sobrevivência.

A abordagem Neoliberal institucional, tal como no trabalho de Joseph Nye e Robert Keohane, tem um enfoque nas relações transnacionais e salienta o papel que processos não-governamentais têm em determinar a política mundial. Estes processos incluem as relações transnacionais de atores não estatais como sejam as empresas, negócios e movimentos revolucionários multinacionais, sindicatos, redes científicas ou organizações internacionais. Esta abordagem não rejeita uma perspectiva estatocêntrica mas antes o reconhecimento da revelância de atores não-estatais transnacionais no sistema interestatal, em particular nas áreas de soberania nacional, política externa e desafios para as organizações internacionais (Keohane & Nye, 1971).

O debate Neo-realista e Neoliberal não é sobre se o sistema internacional é anárquico, que ambos assumem que é, mas qual a resposta dos estados à anarquia. Os Neo-realistas têm um enfoque na sobrevivência do estado num sistema de auto-ajuda competitivo enquanto os Neoliberais salientam a importância da cooperação e dos novos atores resultante da interdependência internacional, globalização e instituições internacionais²¹.

A Teoria da Dependência, inspirada na tradição Marxista-Leninista, pode ser considerada um subproduto dos processos de descolonização. A independência política alcançada na Ásia após a Segunda Guerra Mundial e em África nos anos 60 não significou a independência política no mundo pós-colonial. A Teoria da Dependência surge na América Latina nos anos 60 e 70 para explicar a falta de desenvolvimento na América Latina e outros países do Terceiro Mundo. Os países do sul consideram que estão presos numa relação económica estrutural desigual e injusta com os países do norte industrializados, que impede o seu desenvolvimento²². Na terminologia de Galtung, esta é a violência estrutural na relação dos países do norte e do sul.

²¹ A Escola Inglesa surge nos anos setenta, juntando elementos da tradição Liberal e Realista. Não questiona a primazia do Estado e das políticas de poder e a sua contribuição está em providenciar uma perspectiva histórica e um papel para as normas nas relações internacionais. Os seus principais proponentes são Hedley Bull (1977) e Martin Wight (1977).

²² Este debate também aborda assuntos como o ambiente e o impacto ecológico das sociedades industrializadas e foi refletido no trabalho inicial do Grupo dos 77 e na Conferência sobre o Comércio e Desenvolvimento da ONU (Rogers & Ramsbotham, 1999).

Alguns académicos consideram que o debate interparadigmático não merece a designação de grande debate (Wæver O. , 2009) com a principal contribuição do debate identificado no facto que as teorias adquirem algum rigor, em particular no debate entre Realistas e Liberais. Apesar deste contributo, o debate interparadigmático afastou os académicos das especificidades de cada paradigma, da procura de melhores teorias integrando diferentes abordagens, e da contribuição válida de algumas hipóteses associadas à tradição Marxista-Leninista (Levy J. , 1998).

O período de desanuviamento na Guerra Fria termina em 1979 com a tensão a aumentar entre as superpotências, particularmente após a eleição de Ronald Reagan para a presidência dos Estados Unidos em 1981.

A eleição de Ronald Reagan ocorre no contexto de mudanças mais abrangentes no mundo. A prosperidade económica Ocidental das décadas de 50 e 60 foi baseada em políticas Keynesianas implementadas pelo Estado com o objectivo de atingir pleno emprego. Estas políticas acabam com o colapso do sistema de Bretton Woods em 1971 (convertibilidade do dólar em ouro) e com a primeira crise do petróleo em 1973 (um aumento de 70% no preço do petróleo bruto) (Fouskas, 2003). As políticas Keynesianas seriam substituídas por políticas económicas neoliberais (apresentadas mais adiante neste capítulo) e as considerações geoestratégicas mudam, colocando um enfoque maior nos países produtores de petróleo.

Na divisão da Guerra Fria nos anos 80 existe a erosão da abordagem GRIT. Em 1984 Axelrod propõe outra estratégia recíproca baseada no desenvolvimento do dilema do prisioneiro. O modelo original tinha prescrito não-cooperação quando existe só uma interacção entre jogadores. O modelo é agora desenvolvido para uma situação de repetidas interacções entre jogadores. Quando o jogo é feito repetitivamente e os jogadores não sabem quantas interacções existirão, a solução é seguir uma estratégia de “olho por olho, dente por dente” (TFT) onde a melhor estratégia é a cooperação (Axelrod, 1984).

Mas seria a eleição do Presidente Mikhail Gorbachev em 1985 que iria diminuir as tensões entre as superpotências. Gorbachev adopta um “Novo pensamento” nas relações internacionais baseadas num conjunto de princípios morais partilhados para resolver problemas globais em detrimento da perspectiva Marxista-Leninista de um conflito irreconciliável entre o capitalismo e o socialismo (Curtis, 1996). O “Novo pensamento” considera que o interesse humano é mais importante que o interesse de classe; que o mundo é cada vez mais interdependente; que ninguém sai vencedor de uma guerra nuclear; que a segurança deve assentar essencialmente na política em vez de

no militarismo; e que a segurança deve ser mútua no contexto das relações entre as duas superpotências (Holloway, 1988/1989). Na prática o “Novo pensamento” está relacionado com as ideias de defesa não-ofensiva de investigadores da Paz e Germânicos (Kriesberg L., 1997). A Defesa Não-Ofensiva é desenhada para evitar o dilema da segurança ao desenvolver uma estratégia de defesa com capacidades ofensivas mínimas mas um máximo de capacidades defensivas. Como resultado da nova política, as negociações sobre o controlo de armamento tornam-se mais proveitosas após um período de tentativas fracassadas no início dos anos 80²³.

De uma forma mais abrangente, Goldstein e Freeman (1990) identificam que GRIT tem uma melhor capacidade do que o TFT para explicar o abrandamento das tensões nas interações durante a Guerra Fria (entre 1948 e 1989) entre os Estados Unidos e a União Soviética; os Estados Unidos e a República Popular da China; e a União Soviética e a República Popular da China.

O “Novo pensamento” também permitiu a solução para conflitos por “procuração” da Guerra Fria o que conduziu a um crescente interesse pela mediação.

A mediação é promovida no Capítulo VI da Carta das Nações Unidas que permitia o envolvimento de outras organizações na resolução de disputas de forma pacífica. Nos anos 70 Henry Kissinger e Jimmy Carter já tinham mediado com sucesso conflitos no Médio Oriente. Desde a segunda metade da década de 80 uma análise mais sistemática da mediação, ligando a teoria académica com a prática, é iniciada com a mais reconhecida contribuição no desenvolvimento dos conceitos de diplomacia oficial (*Track One*) e diplomacia de segunda via (*Track Two*). Diplomacia oficial é a diplomacia governamental oficial entre governos realizada por diplomatas oficiais²⁴. Em 1981 a diplomacia de segunda via é definida como o processo de resolução de conflitos complementar à diplomacia oficial que envolve a interação não oficial realizada por atores profissionais não-estatais (Davidson & Montville, 1981)²⁵. O conceito seria desenvolvido nos anos 90 para diplomacia multi-via (*multi-track*) que envolve nove vias, expandido a diplomacia de segunda via para incorporar complexidades e

²³ No início dos anos 80 tinham falhado conversações sobre forças nucleares de alcance intermédio (*INF – Intermediate-range and Shorter-range Missiles*) e redução de armas estratégicas (*START – Strategic Arms Reduction Treaty*).

Estas conversações são reiniciadas em 1985 juntamente com conversações sobre Forças Armadas Convencionais na Europa (*CFE – Conventional Armed Forces in Europe*), e conduziram a acordos estabelecidos entre 1987 e 1993 para limitar a dimensão e risco associado com o poder nuclear e convencional (Buzan & Hansen, 2009).

²⁴ Estas podem ser consultas informais, bons ofícios, enviados especiais, mediação, negociações, condenações internacionais, missões exploratórias e sanções diplomáticas e económicas.

²⁵ Esta é realizada principalmente através de sessões de trabalho e a mudança da opinião pública.

diversidade de atores envolvidos na diplomacia (Diamond & McDonald, 1991; Diamond & McDonald, 1996)²⁶.

Neste período uma distinção também é feita entre a luta política não-violenta de princípios e pragmática. A abordagem de princípios considera a utilização de métodos pacíficos na transformação social, uma questão de princípio, tal como em “Satyagraha”. Abordagens pragmáticas consideram a utilização de métodos não-violentos uma questão prática ou tática, tal como conceptualizado no trabalho de Gene Sharp (1973). Sharp considera que a resistência dos cidadãos através da ação não-violenta é uma força política pois os Estados dependem da obediência dos seus cidadãos. Esta abordagem iria inspirar movimentos sociais em todo o mundo nas décadas seguintes.

Nos anos 80 as abordagens de referência para o estudo da paz e guerra são questionadas, não só na conceptualização do que estudam mas também em como se estuda.

No início da década de 80 o livro de Barry Buzan “People, States and Fear” (1983) propõe uma redefinição do objeto de referência – segurança. O livro desafia a abordagem realista centrada no Estado, Estratégia, Ciência e *Status-quo* para considerar que a segurança não está só relacionada com o estado mas também com o indivíduo, nações (coletividades humanas) e o internacional; e que a segurança é mais que o setor militar (a estratégia), também é económica, política e ecológica (Williams, 2008). Apesar de alargar o objeto de referência a sua conceptualização ainda é uma perspectiva estatocêntrica da segurança com a necessidade de reconhecer Estados-fracos e Estados-fortes, em que os Estados-fracos estão mais vulneráveis aos conflitos, e realizar uma distinção entre alta política (estratégia, defesa militar) e *low-politics* (por exemplo relacionada com os direitos humanos) (Teixeira, 2011).

Nos anos 80 a teoria Femininista surge com um enfoque em como as mulheres têm uma perspetiva diferente da guerra, não em resultado de um determinismo biológico mas devido à construção social do género. A teoria propõe uma visão alternativa da hierarquia e poder coercivo. O argumento é que em alternativa (ou em combinação) com a determinante anárquica do sistema

²⁶ As nove vias são 1) governo ou pacificação através da diplomacia; 2) pacificação não-governamental profissional através da resolução de conflitos; 3) empresarial ou pacificação através do comércio; 4) cidadãos privados ou pacificação através do envolvimento pessoal; 5) investigação, formação e educação, pacificação através da aprendizagem; 6) ativismo ou pacificação através da advocacia; 7) religião ou pacificação através da ação da fé; 8) financiamento ou pacificação através de recursos; e; 9) comunicação e os media ou pacificação através da informação. (Institute for Multi-Track Diplomacy, <http://www.imtd.org/index.php/about/84-about/131-what-is-multi-track-diplomacy> [acedido a 15 de Março de 2016])

inter-estatal é a natureza de género patriarcal dos Estados, culturas e sistema mundial que explica a persistência da guerra (Levy J. , 1998). A teoria feminista seria desenvolvida nos anos 90 como uma disciplina com a sua própria posição na academia, constituindo o indivíduo como o objeto de referência da segurança e adoptando uma abordagem multinível e multidisciplinar (Buzan & Hansen, 2009).

Perspetivas linguísticas e pós-estruturalistas realizam alterações significativas em como o objeto de referência deve ser compreendido. Estudos linguísticos salientam a importância da língua e da representação discursiva do objeto de referência. A conceptualização objetiva da segurança é substituída como uma constituição subjetiva da segurança onde os atores e identidades não são fixas mas produzidas e reproduzidas.

Pós-estruturalismo é a mais extrema rejeição do positivismo, que é a epistemologia das principais escolas de RI (ver na secção seguinte mais sobre positivismo). O pós-estruturalismo critica o positivismo baseado no facto que a mente positivista

“não é capaz de reconhecer o paradigma de análise que criou. Confunde um determinado cosmo existente com uma visão-mundo que criou para moldar o que existe. Não consegue ver que a plataforma, onde se baseia para moldar o mundo, é a sua própria criação. Desta forma tende a preconizar imodéstia, intolerância e opressão do cientificismo. (...) pós-estruturalismo pós-modernista, baseado na desconstrução de Derrida (1976; 1981), considera que não existem fundamentos transcendentais para a verdade exteriores ao texto” (Heron & Reason, 1997, p. 274).

Para o pós-estruturalismo todos os fenómenos só existem na sua representação discursiva e desta forma a sua constituição ocorre através do prisma das relações de poder em que a constituição da identidade do “outro” como ameaça está intrinsecamente ligado à constituição da identidade do “eu” (Buzan & Hansen, 2009).

DA DÉCADA DE 1990 AO PRESENTE – RACIONALISMO *VERSUS* REFLETIVISMO

O fim da Guerra Fria em 1991 marca a transição de um mundo bipolar para um mundo americano unipolar que abriu possibilidades a novas conceptualizações da política internacional. O republicano George W. Bush (pai) (presidente americano entre 1989 e 1993) e o democrata Bill Clinton (presidente

americano entre 1993 e 2001) vão inicialmente seguir uma política de “multilateralismo assertivo” com o objetivo de ter uma liderança americana mas com o apoio do multilateralismo, em particular baseado nas Nações Unidas. Estas formulações iniciais de um “pragmatismo idealista” fundem a tradição realista do interesse no poder com as aspirações da tradição liberal de direitos humanos, democracia e resolução multilateral de conflitos. A expressão “multilateralismo assertivo” foi identificada por Madeleine Albright e a política é vista como uma forma de reduzir custos, fatalidades e a exposição americana aos desenvolvimentos no estrangeiro assim como um dividendo da paz resultante do fim da Guerra Fria. A ideia subjacente era que os Estados Unidos não tinham os recursos ou vontade de serem os polícias do mundo e que era do seu interesse em política externa formar e liderar coligações, estabelecer os seus objetivos e assegurar o seu sucesso. No entanto esta política considera que os Estados Unidos poderiam atuar unilateralmente em casos de autodefesa ou para defesa dos seus interesses vitais (Boys, 2012).

A coligação envolvida na Guerra do Golfo em 1990 e 1991 com a aprovação do Conselho de Segurança das Nações Unidas é o melhor exemplo desta nova política, reorientando a atenção para a segurança regional e reafirmando a supremacia militar americana. Mas o fracasso da intervenção militar americana na Somália em 1993 em apoio de uma missão de construção da nação das Nações Unidas significaria o fim do apoio bi-partidário ao “multilateralismo assertivo” e para o envolvimento direto dos Estados Unidos em conflitos que não fossem do seu interesse nacional.

Uma política alternativa ao “multilateralismo assertivo” é formulada no documento de “Orientações para o Planeamento da Defesa” para os anos fiscais 1994 a 1999, que viria a ser não oficialmente conhecido como a “doutrina Wolfowitz” pois foi elaborado pelo então Sub-Secretário para a Política de Defesa Paul Wolfowitz servindo sobre o Secretário de Estado da Defesa Dick Cheney. A política considera que os objetivos dos Estados Unidos são primeiramente prevenir a re-emergência de um novo rival. Na prática isto significa prevenir que um poder hostil conseguisse o controlo de uma região com suficientes recursos para gerar poder global. Estas regiões incluem a Europa Ocidental, o leste Asiático, o território da antiga União Soviética e o sudoeste Asiático²⁷. O segundo objetivo da política é a pro-

²⁷ Aspectos adicionais a este objectivo: os Estados Unidos demonstrarem liderança suficiente para o estabelecimento e manutenção da nova ordem, de forma que inibisse potenciais desafiantes de aspirarem a um maior papel regional ou global tanto no plano económico como militar.

moção dos valores americanos, e
“lidar com as fontes de conflito regional e instabilidade de uma forma
que promova o crescente respeito pelo direito internacional, limite
a violência internacional e encoraje a expansão de formas de governo
democrático e abra sistemas económicos”
(The New York Times, 1992)

Este objetivo é particularmente relevante em assuntos e regiões que sejam de
importância securitária para os Estados Unidos, os seus amigos e aliados.

Assuntos relevantes incluem

“a proliferação de armas de destruição massiva e mísseis balísticos,
ameaças a cidadãos dos Estados Unidos pelo terrorismo ou conflitos
regionais ou locais, e ameaças à sociedade dos Estados Unidos do narcotráfico”
(The New York Times, 1992)

Regiões relevantes são as que estão próximas dos Estados Unidos, como a
América Latina, e regiões com recursos naturais, em particular o golfo
Pérsico devido ao petróleo. O documento não contém referências a inicia-
tivas multilateralistas através das Nações Unidas, considera a possibilidade
de coligações *ad hoc* estabelecidas para um crise específica e que os Estados
Unidos devem estar preparados para atuar unilateralmente quando não
conseguir assegurar coligações.

Rejeitada em 1992 por George W. Bush (pai) após ter sido noticiada na imprensa a
7 de Março de 1992, a política seria reescrita antes de oficialmente apresen-
tada a 16 de Abril do mesmo ano. No entanto, durante os anos da adminis-
tração Clinton políticas próximas à “doutrina Wolfowitz” são promovidas
pelo grupo de reflexão neoconservador “Projeto para um Novo Século
Americano” estabelecido em 1997. Muito dos apologistas desta política
fariam parte da administração republicana de George W. Bush (filho), presi-
dente entre 2001 e 2009.

Estas políticas refletem debates académicos entre um possível dividendo da paz
com o final da competição ideológica e a possibilidade de novas fontes de
guerra baseadas na identidade.

O fim da União Soviética e da opção socialista autoritária resultou numa hege-
monia da democracia liberal democrática, que se havia tornado na única
possibilidade (“*only game in town*”) e este período considerado um momen-
to de “fim da história” (Fukuyama, 1989). De acordo com a teoria da paz
democrática uma implicação desta análise resulta em que, à medida que
mais estados se tornam democracias liberais, a guerra seria menos fre-
quente, pois a guerra entre democracias maduras é menos provável
(Doyle, 1983; 1986).

Em contraste, é proposto que as identidades culturais e religiosas seriam as principais fontes de conflito numa era pós-Guerra Fria (Huntington S. P., 1993; 1996). A hipótese de um “choque de civilizações” considera que o eixo central de conflitos iria ocorrer entre o Ocidente e civilizações não-Ocidentais e que o conflito é particularmente prevalente entre Muçulmanos e não-Muçulmanos. De forma a preservar a civilização Ocidental no contexto de declínio do poder dos Estados Unidos e da Europa deve-se, entre outras iniciativas, “manter a superioridade tecnológica e militar do Ocidente sobre outras civilizações”(1996, 310), “promover os valores políticos e instituições dedicadas aos direitos humanos e democracia e proteger a integridade cultural, social e étnica das sociedades Ocidentais” (1996, 185). De uma forma mais geral duas escolas de pensamento Neo-realistas recomendam diferentes posições possíveis para os Estados Unidos. O Neo-realismo defensivo considera que uma distinção precisa ser feita entre relações com estados amigos e inimigos, tendo em consideração os elevados custos da guerra. Kenneth Waltz (1979) considera que o principal objetivo dos estados é manter a sua segurança num sistema anárquico, o que é melhor conseguido através de políticas externas moderadas.

O Neo-realismo ofensivo considera que o poder relativo dos Estados é mais importante que o poder absoluto e que um Estado tem de estar preparado para defender a sua vantagem relativa pela força se necessário. A forma dos Estados conseguirem a sua segurança num sistema anárquico é maximizando o seu poder e influência. Estes pressupostos conduzem a políticas de dominação e hegemonia, em particular por grandes potências que procuram aumentar o seu poder relativamente a Estados potencialmente rivais (Mearsheimer, 2001). Numa perspetiva Americana geoestratégica é considerado que nenhum poder deve emergir na Eurásia que possa desafiar a posição Americana no mundo (Brzezinski, 1997). A Eurásia contém 75% da população mundial, 60% do Produto Interno Bruto (PIB) e 75% dos recursos energéticos (Fouskas, 2003).

Os ataques de 11 de Setembro de 2001 vão solidamente basear a política externa da única superpotência no Neo-realismo ofensivo. A Estratégia de Segurança Nacional Americana publicada em Setembro de 2002 teria semelhanças com o Projeto para um Novo Século Americano, afirmando que:

“as nossas forças serão suficientemente fortes para dissuadir potenciais adversários de perseguirem um crescimento militar na esperança de ultrapassar, ou igualar, o poder dos Estados Unidos”
(2002, p. 30).

Os ataques colocaram o terrorismo como uma prioridade na agenda das RI e a “Guerra Global ao Terror” substituiu a “Guerra Fria” como o “assunto organizador central da segurança internacional” (Buzan & Hansen, 2009)

Apesar desta mudança, as preocupações clássicas das abordagens Realistas e Liberais relacionadas com os estudos estratégicos, controlo de armamentos, paz liberal e paz negativa continuam além do fim da Guerra Fria e dos ataques do 11 de Setembro. Tal é o caso de assuntos como o equilíbrio de poder, hegemonia, rivalidades internacionais, temas de conflito, território, negociação, dissuasão, análise ao nível societal (paz democrática, líderes, instituições), ideias e cultura, processo de decisão por indivíduos e organizações, reputação, sinalização e conflito, intensificação e abrandamento de conflitos, guerras civis, ambiente e migração. Da mesma forma abordagens inspiradas no Marxismo continuam a tratar assuntos económicos e de comércio (Levy J. S., 2015).

Políticas Neoliberais com um enfoque no mercado livre, diminuição da burocracia do estado e eliminação da regulamentação estatal (Jackson & Sorensen, 1999, p. 201) tinham-se iniciado anteriormente nos anos oitenta com a eleição do presidente Ronald Reagan nos Estados Unidos em 1981 e Margaret Thatcher no Reino Unido em 1979.

Nos anos 90, a paz liberal evoluiu da sua forma ortodoxa liberal dos anos 80 focada no efeito “bola de neve” (*“trickle-down effect”*) da economia e crescimento económico sustentável baseado no mercado implementado através de Programas de Ajustamento Estrutural. No início dos anos 90 um conjunto de fatores contribuem para uma crise do Banco Mundial, um dos principais promotores destas políticas. A evidência sugere que o mercado livre poderá não funcionar de uma forma tão eficiente como previsto e a regulação estatal e investimento em educação explicam em parte o sucesso dos Tigres do Sudeste Asiático. Também o fraco sucesso dos programas estruturais em África são evidência da necessidade de iniciativas que atenuem as consequências negativas (particularmente a pobreza) dos programas de ajustamento estrutural. Adicionalmente, o caso dado como de sucesso na implementação dos programas estruturais, o México, entra em crise em 1994. Em consequência, no final da década de 90 o Banco Mundial adopta um “Quadro Completo de Desenvolvimento” baseado numa abordagem à pobreza humana, abandonando um enfoque nos rendimentos e colocando o focus nas capacidades humanas, tal como representado no Índice de Desenvolvimento Humano que é baseado no estado nutricional, sucesso escolar e estado de saúde (Pender, 2001).

Neste espírito, iniciativas pela indústria do desenvolvimento e da ajuda humanitária consideram formas de desenvolvimento ascendente (*bottom-up*) ou intervenções específicas como a promoção de pequenas e médias empresas, o setor informal,

“comércio justo”, os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, programas de eliminação da pobreza e desenvolvimento participativo. A paz liberal não significa só a democracia liberal e economia de mercado dos anos 80 mas também direitos humanos, estado de direito e desenvolvimento a partir dos anos noventa. A paz liberal é promovida pelo mundo através do Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional e Organização Mundial do Comércio e em países em conflito através do apoio de uma nova máquina de gestão e resolução de conflitos baseada nas Nações Unidas. A “Agenda para a Paz” de 1992 define a forma como as Nações Unidas vão responder ao conflito no pós-Guerra Fria. Inclui abrangentes mecanismos para a prevenção de crises, manutenção da paz, pacificação e construção da paz pós-conflito.

O novo mandato das Nações Unidas é alicerçado num Realismo-Liberal. Está essencialmente preocupada com a segurança do Estado (conflito intra-estatal torna-se a principal preocupação securitária com um pico de ocorrências em 1993) e usa uma abordagem de resolução de problemas apolítica, negociando a paz liberal com os Estados de forma a encontrar modelos aceitáveis para a cessação da violência direta. Na terminologia de Galtung, o seu objetivo é a transição da guerra para a paz negativa mas sem procurar a paz positiva, o que requeria tratar a violência estrutural através de uma abordagem transformativa.

Estes desenvolvimentos marcam um novo período de atividade das Nações Unidas, previamente bloqueada pela Guerra Fria. No início dos anos 90 regista-se um aumento potencial no envolvimento das Nações Unidas em conflitos, seguida de um abrupto decréscimo em 1995 em consequência da intervenção falhada na Somália em 1994 com baixo envolvimento até ao ano 2000, data a partir da qual o número de tropas envolvidas e orçamento aumenta continuamente e significativamente.

A abordagem abrangente é também refletida na RC que adopta uma abordagem multidimensional para o conflito, o que significa intervir a diferentes níveis de análise (inter-grupo, inter-estado, regional ou global), em diferentes setores (psicologia, economia, social, político), e com um decréscimo significativo do envolvimento de Organizações Não Governamentais (ONGs) tanto em movimentos sociais transnacionais²⁸ como diretamente em processos específicos de

²⁸ Por exemplo *Search for Common Ground*, *International Alert*, *a West African Network for Peacebuilding*, *a African Centre for the Constructive Resolution of Disputes*, *a Partnership for the Prevention of Armed Conflict*, *a European Centre for Conflict Prevention* ou *International Crisis Group* (Ramsbotham, Woodhouse, & Miall, 2011).

resolução de conflitos²⁹. De uma forma geral o pensamento e prática da resolução de conflitos tem um enfoque na crescente complexidade do conflito, questões de assimetria entre atores, diversidade cultural e religiosa e conflitos persistentes (Ramsbotham, Woodhouse, & Miall, 2011).

As abordagens Neo-realistas e Neoliberais referidas anteriormente são consideradas fortemente orientadas para o estado, mercado capitalista e *status quo* (Baylis, Smith, & Owens, 2008) e novas abordagens surgem desafiando-as ontológica e epistemologicamente.

Duas dicotomias agrupam as diferentes abordagens: abordagens racionalistas *versus* refletivistas e abordagens positivistas *versus* pós-positivistas. Abordagens racionalistas utilizam a teoria de escolha racional para explicar o comportamento de atores com o objetivo de identificar leis para mecanismos de causa-efeito. Abordagens refletivistas consideram que as decisões são dependentes do contexto e as preferências dos atores não são fixas pois são determinadas por valores, normas e ideias que variam no tempo e espaço. Devido à refletividade da ação social, existe uma relação bidireccional entre causa e efeito. Além de explicar, a investigação deve tentar compreender os significados intersubjetivos e discursos que informam o comportamento dos atores (Keohane R. O., 1988). A principal diferença entre académicos positivistas e pós-positivistas é o pressuposto relacionado com a capacidade do investigador ser um observador neutro do fenómeno estudado, tal como proposto pelas abordagens positivistas. Para os pós-positivistas o investigador nunca se encontra desligado da realidade que estuda nem é capaz de neutralidade em relação ao paradigma histórico e espacial em que vive (Lapid, 1989).

De uma forma geral, abordagens Neo-realistas e Neoliberais são racionalistas e positivistas enquanto as novas abordagens têm diferentes graus de refletivismo e pós-positivismo. Adicionalmente, o refletivismo e em particular o pós-positivismo questionam a visão *khuniana* da ciência onde existe um desenvolvimento progressivo do conhecimento no contexto em que existe um paradigma que é considerado válido. Em contraste, pós-positivistas consideram que podem existir descrições concorrentes igualmente válidas do mesmo fenómeno, pelo que conhecimento válido existe no mesmo período proveniente de diferentes paradigmas.

²⁹ Por exemplo a *Community of Sant'Egidio* em Moçambique (1992), *Carter Center* na Venezuela (since 1996), *Center for Humanitarian Dialogue* no Darfur (since 2001), *Crisis Management Initiative* no Aceh (2005) e *Sustained Dialogue* no Tajiquistão (1993-2005) (Ramsbotham, Woodhouse, & Miall, 2011).

Abordagens refletivistas e pós-positivistas começam nos anos 80 com o Feminismo, Linguística e Pós-estruturalismo e adquirem uma expressão mais abrangente nos anos 90 em cinco novas abordagens: Construtivismo, Pós-colonialismo, Segurança Humana, Estudos Críticos de Segurança e a Escola de Copenhaga. Construtivismo é um exemplo essencial de uma abordagem refletivista que tem em conta não só a política das capacidades materiais e utilidade mas, e mais importante, a estrutura das ideias, cultura, normas e identidades que condicionam o comportamento dos agentes. Veja-se a diferença entre o Construtivismo Convencional e Crítico. No Construtivismo Convencional a agência para a ordem e paz é significativamente localizada no estado (o seu principal objeto de referência), com um reconhecimento limitado da agência institucional ou individual, e adota uma epistemologia positivista “leve”³⁰. No Construtivismo Crítico a agência é localizada nas coletividades (o seu principal objeto de referência) e adota uma epistemologia narrativa e sociologia pós-positivista. Uma distinção pode ainda ser feita entre a orientação normativa das abordagens Construtivistas Europeias (tal como os Estudos Críticos de Segurança ou a Escola de Copenhaga) mais comprometidas com a agenda normativa da Investigação da Paz e a menos normativa abordagem do Construtivismo Norte-americano (Buzan & Hansen, 2009). Na Investigação da Paz o Construtivismo está preocupado em explicar a ligação entre a construção social da identidade (frequentemente associada a grupos etnolinguísticos), a mobilização política dessa identidade e a violência civil como resultado desse processo (Sambanis, 2002).

De uma forma geral, o termo pós-colonial refere-se a como três-quartos da atual população mundial tiveram as suas vidas moldadas pela experiência do imperialismo, desde o momento da colonização até à atualidade (Ashcroft, Griffiths, & Tiffin, 2002). O pós-colonialismo surge nos anos 70 focando-se nos aspetos sociais, económicos e culturais da experiência colonial e procura desafiar teoricamente “a grande marcha do historicismo Ocidental com a sua promoção de binários (entre outros o eu-outro, metrópole-colónia, centro-periferia)” (McClintock, 1992, p. 85). Adicionalmente salienta o etnocentrismo dos estudos de segurança durante a Guerra Fria com o seu exclusivo enfoque na segurança Ocidental (Teixeira, 2011). Teoria pós-colonial cristaliza nos anos 90 tendo influências provenientes de uma série de perspetivas.

³⁰ Desta forma o Construtivismo Convencional é um caso excepcional de uma abordagem refletivista que é positivista.

Com ligações ao Construtivismo Crítico salienta as especificidades da segurança no Terceiro Mundo marcado pela relação desigual com o Ocidente colonial e pós-colonial. Com ligações ao Pós-Estruturalismo salienta a construção Ocidental do “subalterno” ou “outro” “inferior”, quer seja este do “Sul”, “Oriente”, “subdesenvolvido” ou estado “falhado” ou “fraco” (o “Ocidente e o Resto”). A especificidade do mundo pós-colonial é um assunto central, que se traduz no questionamento do estado “Vestefaliano” como objeto de referência, do conceito de segurança, que não é somente militar mas também significativamente económico e associado a ameaças externas mas também internas, e das epistemologias e metodologias utilizadas, por exemplo defendendo a utilização da antropologia (Buzan & Hansen, 2009).

Em 1994 o Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD) apresenta o conceito de Segurança Humana tanto como uma preocupação académica de solução de problemas como também como uma orientação de prescrição política. Percursos da Segurança Humana nos anos 80 haviam sido o conceito de “Segurança Comum” proposto pela “Comissão Independente para o Desarmamento e Segurança” liderada por Olof Palme em 1982 e o conceito de “segurança abrangente” (Westing, 1989). O primeiro conceito liga a segurança internacional e nacional (agenda de controlo de armas) a assuntos mais abrangentes da subsistência dos indivíduos no mundo (relacionados com a economia e ambientes) enquanto o segundo considera o ambiente como uma componente importante de segurança³¹.

Na Segurança Humana o objeto de referência é o indivíduo em vez do Estado e a segurança está relacionada com o bem-estar das pessoas em vez do setor militar. A conceptualização de Segurança Humana alarga o focus estreito nas ameaças da violência para identificar sete naturezas de ameaças: economia, alimentação, saúde, ambiente, violência pessoal física, comunidades culturais e outros tipos de violência, e direitos humanos políticos. Esta definição alargada da Segurança Humana é a mais abrangente desde o conceito de “violência estrutural” de Johan Galtung, com um objetivo explícito de ligar segurança ao que é considerado a sua outra metade: desenvolvimento (Collective, 2006).

Nos anos 90 três escolas refletivistas e críticas desenvolvem-se na Europa propondo uma alternativa ao pensamento racionalista “livre de valores” Norte-americano (e também Europeu), em particular na área dos estudos de segurança. Estas “escolas” foram caracterizadas como a escola de Aberystwyth, Copenhaga e Paris (Wæver O. , 2004), mesmo que se tratem de locais dispersos mais representativos de debates e indivíduos do que escolas unitárias de pensamento

³¹ Anteriormente o conceito de “Segurança Comunitária” (Deutsch, 1957) tinha sido definida como uma região onde a guerra é improvável.

(Collective, 2006). Estas “escolas” são consideradas “críticas” pois partilham a ideia de que processos sociopolíticos influenciam o conhecimento e que existem escolhas normativas políticas nas ciências sociais. A Teoria Crítica é essencialmente uma política emancipatória com o conhecimento centrado na transformação social e política; distingue-se do Idealismo-Liberal por explicar criticamente o sistema político vigente (Viotti & Kauppi, 2012).

Estudos Críticos de Segurança surgem nos anos 90 e institucionalizam-se na Europa, normalmente inspirados na escola de Frankfurt do período entre as grandes guerras e posterior aos anos 60. Na sua essência está um desafio ao enfoque realista no setor militar, estatocêntrismo e entendimento da segurança como um jogo de soma nula que deve ser substituído por um projeto de emancipação humana (Collective, 2006). Identifica o indivíduo como o objeto de referência considerando que o estado e as estruturas económicas neoliberais têm o potencial para serem fontes de insegurança (Buzan & Hansen, 2009). Tem uma posição mais política, normativa e crítica, onde a “segurança” é criada inter-subjetivamente dependendo das perspectivas políticas e visões do mundo (Booth, 1997). O desenvolvimento deste pensamento na “escola” de Aberystwyth (ou galesa) colocaria um enfoque na emancipação do indivíduo, em que os indivíduos devem ser emancipados de constrangimentos, em particular da guerra e da sua ameaça.

A escola de Copenhaga reformula o objeto de referência como “sociedade”, uma posição intermédia entre o estatocêntrismo e o “indivíduo” ou o “global” (Waever, Buzan, Kelstrup, & Lemaitre, 1993). Esta mudança permite o estudo de “segurança identitária” e situações em que o Estado e sociedades não correspondem harmoniosamente, por exemplo quando se verificam ameaças por parte do Estado sobre minorias (Buzan & Hansen, 2009). O conceito de segurança é ainda mais expandido para incluir as dimensões políticas, sociais, económicas e ambientais. Com o seu enfoque no desenvolvimento de novos conceitos, apresenta o conceito de “segurança regional complexa” onde diferentes unidades (ou sociedades) têm os seus processos de segurança tão interligados que não podem ser analisados ou resolvidos separadamente, constituindo regiões geográficas mutuamente restritas. A mais inovadora contribuição foi a “teoria securitária” que define segurança como um ato discursivo. “Securitização” é definida como o processo em que um ator constitui através do discurso um assunto, outro ator ou o fenómeno como uma ameaça a um objeto de referência (estado, sociedade, indivíduo). Uma “securitização” bem-sucedida legitima iniciativas excepcionais em nome da segurança (“nacional”) que não seriam autorizadas de outra forma (Waever, 1995; Buzan, Waever, & Wilde, 1998).

A escola de Paris baseia-se na conceptualização discursiva da segurança da escola de Copenhaga mas o seu focus é nas práticas diárias da segurança, em detrimento de compreender a segurança como a resposta a circunstâncias excepcionais como na escola de Copenhaga. Com uma abordagem Pós-Estruturalista salienta a institucionalização da segurança, analisando as práticas de segurança dos Estados – “o Estado securitário”, os profissionais de segurança, a racionalidade governamental sobre segurança e a tecnologia e conhecimento de segurança (Collective, 2006)³² Didier Bigo é uma referência central na escola de Paris acrescentando uma perspectiva mais sociológica, inspirada em Pierre Bourdieu, à análise da securitização³³.

Também novas abordagens surgem na RC a partir dos anos 90, em particular a resolução de conflito cosmopolita que propõe um enfoque na humanidade, tratando o conflito desde o nível local ao nível global. Cosmopolitismo transformativo rejeita o interesse “hegemónico” na promoção de “valores universais” inquestionáveis, tal como a paz liberal, e privilegia a integração inclusiva aos níveis locais e globais que possam resultar no bem-estar humano e uma emancipação global (Ramsbotham, Woodhouse, & Miall, 2011). Estes desenvolvimentos estão associados à ideia da democracia cosmopolita guiada por justiça social global, democracia, direitos humanos universais, segurança humana, Estado de direito e solidariedade transnacional, o que requer transformações aos níveis da governança, economia e segurança (Baylis, Smith, & Owens, 2008).

Uma abordagem que tem o potencial de enquadrar mais a RC em práticas mais aceites pela comunidade académica é a abordagem participativa/cooperativa. Nos anos 60 iniciaram-se trabalhos sobre paradigmas participativos mas só nos anos 90 adquire mais reconhecimento académico (Guba & Lincoln, 2000). O paradigma considera que a realidade é participativa, uma realidade subjetiva-objetiva co-criada pela mente num certo cosmos; a epistemologia deve ser experimental, proposicional e com formas prática de atingir o conhecimento; a metodologia deve ser baseada na participação política em investigação colaborativa de acção; e a axiologia baseada no valor primeiro do conhecimento prático ao serviço do desenvolvimento humano.

A RC é distinta de outras abordagens principalmente no que se refere à sua prática, fundindo o papel de investigador com o executante (ou político), por exemplo em longos processos políticos de solução de problemas ou mediação (ver capítulo Genealogia da Investigação da Paz). O paradigma partici-

³² Devido à proximidade de ambas as escolas consideramos que a escola de Paris pertence à escola de Copenhaga.

³³ Agradeço a Gilberto Carvalho de Oliveira este comentário.

patório considera uma diferença entre conhecimento proposicional e de apresentação (*presentational*) (ambos baseados em conhecimento experimental) e o conhecimento experimental em si mesmo. A proposta é uma forma de empiricismo radical distinto do behaviorismo que é não considerado suficientemente empírico (Heron & Reason, 1997).

CONCLUSÃO

Relatou-se um século do pensamento sobre paz e conflito em Relações Internacionais. A clássica conceptualização do que é que as RI estudam em termos de segurança centrada no Estado, setor militar e ameaças externas tem sido recorrentemente questionada por novas conceptualizações que a transportam a outros atores (indivíduos, grupos, sociedades, civilizações), outros setores (economia, política, sociedade, ambiente) e fontes internas de conflito. Da mesma forma, a clássica forma de como as RI são estudadas baseada no positivismo e racionalismo é questionada por um conjunto de abordagens epistemológicas pós-positivistas e refletivistas. Nenhum dos quatro debates significou o fim de um paradigma e o estudo científico da paz e do conflito ficou caracterizado por um leque de diferentes paradigmas que continuam no início do século XXI. Abordagens de RC foram parte das evoluções das RI e ESI, adoptando uma abordagem mais abrangente e também desenvolvendo propostas alternativas emancipatórias para a resolução de conflito.

Barry Buzan (1991) considera as duas guerras mundiais, os processos de descolonização e a Guerra Fria como um período histórico. Desta forma propõe que desde 1989 (ou 1991) estamos já no século XXI, muito semelhante ao século XIX no sentido que entre as grandes potências não existe uma rivalidade ideológica ou de poder. Existe o aparecimento de uma estrutura de poder multipolar que substitui a bipolaridade da Guerra Fria, uma multipolaridade com os Estados Unidos como sendo a única superpotência mas também com potências regionais: a Comunidade Europeia, Rússia, Índia, China e Japão. Esta multipolaridade gravita em torno dos Estados Unidos e é dominada por uma comunidade securitária³⁴ capitalista no centro composta pela Europa, América do Norte, Japão e Austrália.

³⁴ Comunidade de segurança é um grupo de estados que não esperam, ou se preparam, para o uso da força militar nas relações com outros estados desse grupo.

Buzan (1991) considera que os países periféricos (Estados que não são potências importantes ou parte da comunidade securitária capitalista) se deparam com cinco assuntos securitários: políticos, militares, económicos, sociais e ambientais.

Politicamente estes Estados são menos relevantes sem uma rivalidade entre grandes potências; são Estados autoritários menos legitimados sem a União Soviética; têm governos mais responsabilizáveis pelo seu desempenho sem a justificação em desvanecimento do legado da colonização; mostram fronteiras coloniais também mais questionáveis; e, com o fim do comunismo, o Islão poderá ser pressionado a assumir a oposição à hegemonia Ocidental.

A nível militar os desenvolvimentos estão dependentes do estabelecimento de um regime de segurança global coletivo com o Conselho de Segurança das Nações Unidas a funcionar como uma câmara de compensação e legitimando intervenções militares ou o crescente afastamento do centro da periferia, deixando a periferia entregue a si própria (com exceção da região rica em petróleo do Médio Oriente), onde rivalidades regionais e equilíbrios de poder podem conduzir a que poderes locais reconfigurem o ambiente político nas regiões. Em qualquer dos cenários o controlo do comércio de armas e o regime de não-proliferação nuclear assumem particular relevância tanto para os países do centro como da periferia.

Economicamente, a nova era de relações internacionais e o acesso dos países periféricos a recursos, finanças e mercados não deve alterar a condição dos países periféricos.

Segurança social, definida como ameaças e vulnerabilidades que afetam os padrões comunitários culturais e de identidade, verificar-se-ão essencialmente relativas à migração (em particular dos países da periferia para os do centro) e no choque identitário de civilizações rivais, a colonização cultural da periferia pelo centro mas também as comunidades imigrantes da periferia no centro e o potencial de terrorismo. Este choque é mais significativo entre o Ocidente e o Islão, onde a Europa estaria na linha da frente, uma possibilidade de conflito que está muito dependente do desempenho de governos moderados dentro do mundo Islâmico.

Finalmente, a segurança ambiental será cada vez mais relevante para todos os Estados e nas relações centro-periferia à medida que a população humana no planeta aumenta.

Uma perspectiva dos Estados Unidos, mais próxima do Neo-realismo defensivo, considera em 1999 a segurança no século XXI definida pelo aumento da vulnerabilidade a ataques em território dos Estados Unidos que não podem ser prevenidos através da superioridade militar Americana; rápidos desenvolvimentos na

informação e biotecnologia; novas tecnologias que dividem o mundo ao mesmo tempo que o aproxima (por exemplo, a internet e o acesso ao conhecimento); vulnerabilidades na infra-estrutura da economia global; a importância estratégica da energia; a porosidade das fronteiras; a pressão sobre a soberania dos estados; a fragmentação ou falhanço de estados com efeitos desestabilizadores nos países vizinhos; atrocidades no mundo e o aterrorizar deliberado das populações civis; a importância do espaço que se tornará num ambiente competitivo militar; os Estados Unidos serem chamados com frequência para intervir militarmente num período de alianças incertas no contexto de uma perspectiva de ter menos forças militares em posições avançadas; e a necessidade de diferente capacitação militar e nacional dos Estados Unidos (USCNS/21, 1999). Estas considerações podem ser contrastadas com o Neo-realismo ofensivo de pensadores Americanos apresentado já neste capítulo.

De uma forma mais geral ao nível sistémico, várias ameaças de segurança podem ser identificadas, como o regresso de um conflito entre grandes potências com o crescimento da China e da Índia, regresso da Rússia e o dilema Japonês; alterações climáticas; o desenvolvimento desigual no mundo; as consequências da sobrepopulação, migrações e pandemias; escassez de recursos (água, alimentação, energia e terras); proliferação nuclear e guerra; e terrorismo (Gray, 2006). Desta forma as causas profundas do conflito e insegurança irão provavelmente ser as alterações climáticas, competição por recursos, marginalização da maioria do mundo e militarização global (Abbott, Rogers, & Sloboda, 2006).

Com somente quinze anos passados desde as primeiras análises, algumas das ameaças identificadas para o novo século já ocorreram. No entanto, ainda é demasiado cedo para determinar que o século XXI não será marcado por uma rivalidade ideológica entre a democracia e a autocracia (tal como ocorreu entre o liberalismo, o fascismo e comunismo no século XX) e de que forma, se alguma existir, os poderes emergentes irão desafiar os Estados Unidos.

Relativamente aos novos poderes, ainda não é claro que polaridade substituiu a bipolaridade da Guerra Fria. Os Estados Unidos são considerados o ator indispensável para assuntos de segurança globais mas o seu envolvimento não é suficiente e o apoio de poderes regionais também é necessário quando os assuntos são também do seu interesse. A forma como as aspirações dos poderes emergentes, e particularmente a China, se materializarem irá determinar os padrões de conflito e cooperação no mundo. A política seguida pelos Estados Unidos irá determinar esse enquadramento: seguir uma política de Neo-realismo defensivo, em paralelo com alguma forma de “multilateralismo assertivo”, ou uma política de Neo-realismo ofensivo, e em

paralelo uma “Guerra Global ao Terror”, terá diferentes repercussões globais em termos de segurança e abordagens à resolução de conflito.

Esta tensão em acomodar as configurações de poder do início do “novo século” é simbolicamente ilustrada no congelamento do processo de reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CS NU) em 2005, aparentemente limitando a possibilidade de ter um regime de segurança coletiva global mais forte centrado no CS NU. Não obstante, novas e inesperadas acomodações de interesses de poder podem-se desenvolver no século XXI.

Em África, a primeira organização multilateral principalmente focada em ameaças internas à segurança dos seus estados membros toma forma na Arquitetura de Paz e Segurança Africana da União Africana (UA). Deste a sua criação há menos de duas décadas, no ano 2000, a UA conseguiu “negociar” um papel para si no sistema global de segurança centrado no CS NU, um papel que se traduz na regionalização da segurança em África com o direito a intervenções militares em conflitos enquanto se espera por uma autorização do CS NU (Sousa, 2017). Mesmo que nenhum país em África seja um significativo concorrente à supremacia dos Estados Unidos, ou por causa desse fato, o descomprometimento com esta região conduziu a esforços regionais cooperativos de segurança apesar das rivalidades regionais e equilíbrios de poder, um processo que se poderá desenrolar noutras regiões.

Se uma tendência pode ser identificada na evolução de paradigmas e abordagens do estudo da paz e conflito no século XX é que existe uma procura inicial por uma melhor ciência com a revolução behaviorista baseada no positivismo e racionalismo, aprofundando a abordagem newtoniana nas ciências sociais, procurando identificar as “leis da natureza” e causalidade no fenómeno analisado. Esta abordagem aprofunda-se durante décadas e a visão khuniana da ciência inspira os académicos na tentativa, falhada, de identificar o melhor conjunto de “leis da natureza” no debate inter-paradigmático. Esta abordagem newtoniana contribuiu significativamente para o nosso conhecimento, compreensão e capacidade de lidar com o fenómeno da paz e conflito.

Porém, na parte final do século, alguma decepção com o conhecimento formulado conduz à emergência de novas abordagens nas ciências sociais. Estas abordagens estão alicerçadas no relativismo que considera que os fenómenos são percebidos diferentemente dependendo da perspetiva, paradigmas utilizados ou de quem é o observador. Questiona assim a visão de ciência khuniana no sentido que cada paradigma “concorrente” tem um valor intrínseco.

As abordagens refletivistas e pós-positivistas são um exemplo desta tentativa para uma melhor compreensão do mundo. Outro exemplo é a reflexão sobre o possível surgimento da teoria de RI não-Occidental, em particular baseada na

experiência Asiática. Os trabalhos que actualmente se desenvolvem nesta área podem ser considerados como “pré-teóricos” (Acharya & Buzan, 2007). No entanto, a diferenciação destas novas comunidades académicas de RI Asiáticas poderá estar na sua perspetiva crítica pois, de uma forma geral, estes académicos adoptam uma abordagem positivista (Eun, 2016).

No entanto, a relatividade é considerada insuficiente para explicar o fenómeno e abordagens pós-newtonianas surgem numa tentativa de encontrar melhores explicações. Este é o caso da teoria da complexidade que está interligada com a teoria quântica. Buzan e Hansen (2009) após reverem a evolução dos Estudos de Segurança Internacional esperam que desenvolvimentos ou desafios às atuais abordagens possam surgir da sociobiologia ou teoria quântica social.

A Teoria da Complexidade considera que a visão mecanicista regular newtoniana do mundo deverá ser substituída por uma visão orgânica, holística e ecológica determinada não pelas suas partes em separado, mas por um todo uno, criado das relações entre as suas unidades separadas, como num sistema, que tem propriedades diferentes de uma máquina:

“Máquinas são controladas pelas suas estruturas e caracterizadas por cadeias lineares de causa e efeito. São construídas por partes bem definidas que têm funções e tarefas específicas. Sistemas, por outro lado, são semelhantes a organismos. Crescem e são orientadas aos processos.

As suas estruturas são moldadas pela sua orientação e podem ter um elevado grau de flexibilidade interna. Sistemas são caracterizados por padrões cíclicos de fluxos de informação, interconexões não-lineares a auto-organização dentro de limites definidos de autonomia. Adicionalmente, utilizando a analogia de um organismo, um sistema está preocupado com auto-renovação. Isto é importante na medida em que, enquanto uma máquina realiza tarefas específicas e previsíveis, um sistema está principalmente ocupado num processo de renovação e, se necessário, autotransformação”

(Duffield M. , 2001, p. 10).

A Teoria Social Quântica é baseada na física quântica e não na física clássica, e propõe que a consciência humana, e desta forma a subjetividade humana, é um fenómeno mecânico quântico macroscópico. Consequentemente os seres humanos são “funções de onda em movimento” e as suas acções, constitutivas da sociedade, são também um fenómeno quântico. As propriedades da mecânica quântica ao nível subatômico são distintas da física clássica pois os fenómenos estão enredados, podem ter propriedades contraditórias, indeterminadas e não-determinísticas, e poderá existir causalidade não-local. Esta proposta coloca em questão a física clássica e consequentemente as abordagens positivistas e pós-positivistas nas ciências sociais. O Positivismo

assume que o ser humano é uma máquina com um comportamento determinístico governado por leis que podem ser estudadas objetivamente sem ter em consideração a consciência. Os pós-positivistas (interpretativos) rejeitam o modelo mecânico, a objetividade do investigador e do objeto de investigação, considerando a consciência central. No entanto aceitam o dualismo clássico Cartesiano entre a mente e o corpo que assume que os fenômenos mentais não são físicos com uma separação entre a mente (consciência) e o corpo (cérebro) (Wendt, 2015).

A proposta de Wendt da Teoria Social Quântica tem sido recebida com interesse por certos acadêmicos (Alekseeva, Mineev, & Loshkariov, 2016; Trnka & Lorencová, 2016; Wagner & Gebauer, 2008) mas com ceticismo entre acadêmicos das ciências sociais (RI incluída) (Woolley, 2015; Riche, 2012) e das ciências exatas (Moriarty, 2016). Apesar de ser demasiado cedo para perceber a repercussão que esta área de investigação irá ter, tem o potencial de reformular o construtivismo social e as ciências sociais, RI incluídas, e espoletar um grande debate entre os clássicos e os quânticos nas ciências sociais.

Anexo 1

Tabela 1.2: Evolução dos Estudos de Segurança Internacional, Investigação da Paz e Resolução de Conflitos

Séculos XX e XXI	1919 to 1940s	1950s	1960s	1970s	1980s	1990s	Since 2000	
Grandes debates em RI	Realismo versus Idealismo (1930s e 1940s)	Tradicionalismo versus Behaviorismo		Debate inter-paradigmático entre Realismo, Liberalismo e Marxismo		Racionalistas versus refletivistas		
Estudos de Segurança Internacional Buzan e Hansen (2009)		Estudos Estratégicos, desde a década de 1940 e 1950						
		Controlo de armas, paz Liberal, Paz Positiva e Negativa, Paz Marxista Desde a década de 1960				Segurança comum, Femininismo, Pós-estruturalismo Desde a década de 1980		
						Tradicionalismo pós-Guerra Fria, Construtivismo Convencional e Crítico, Pós-Colonialismo, Segurança Humana, Estudos Críticos de Segurança, Escola de Copenhaga, desde a década de 1990		
Investigação da Paz Gledistch (2008)	Pré-história, anterior a 1959	Revolução behaviorista Entre 1959 e 1968		Revolução Socialista, entre 1968 e 1978	“Anos selvagens” (wilderness years), entre 1979 e 1989	Anos pós-Guerra Fria como a paz Liberal, entre 1990 e 2001	Choque de civilizações?, desde 2001	
Investigação da Paz Sousa (capítulo 2 deste livro)		Conflito (nuclear) inter-estatal, behaviorismo Finais década de 1950 até finais décadas de 1960		Conflito inter-estatal, paz positive e negative, violência estrutural, behaviorismo e investigação normativa, Final década de 1960s até final década de 1980		Conflito inter e intra estatal, paz Liberal, Racionalista, positivista (behaviorista), Desde final década de 1980		
Resolução de Conflitos Ramsbotham, Woodhouse and Miall (2011)	Percursos antes de 1945	Fundadores, entre 1945 e 1965		Consolidadores, entre 1965 e 1985		Os reconstrutores, entre 1985 e 2005		
Resolução de Conflitos Kriesberg (2009)	Desenvolvimentos preliminares, Entre 1914 e 1945	Lançar as bases, Entre 1946 e 1969			Expansão e institucionalização, entre 1970 e 1989		Difusão e diferenciação, entre 1990 e 2008	
Análise e Resolução de Conflitos Byrne and Senehi (2009)			Movimento do “Poder para as pessoas” – década de 1960	Profissionalização da área, década de 1970	Origem estrutural do conflito, necessidades humanas básicas e ligação entre níveis micro e macro de intervenção, década de 1980		Transformação de conflito e estudos da paz e conflito, entre 2000 e 2010	

Referências

- ABBOTT, C., ROGERS, P. & SLOBODA, J. (2006). *Global Responses to Global Threats: Sustainable Security for the 21st Century*. Oxford: Oxford Research Group.
- ACHARYA, A. & BUZAN, B. (2007). Why is there no Non-Western International Relations Theory? An Introduction. *International Relations of the Asia-Pacific*, 7, 287-312.
- ALEKSEEVA, T., MINEEV, A. & LOSHKARIOV, I. (2016). «Land of Confusion»: Quantum Physic In IR Theory? *MGIMO Review of International Relations*, 48(3), 7-16.
- ASHCROFT, B., GRIFFITHS, G. & TIFFIN, H. (2002). *The Empires Writes Back. Theory and Practice in Post-Colonial Literatures*. London and New York: Routledge.
- AXELROD, R. (1984). *The Evolution of Cooperation*. New York: Basic Books Inc.
- AZAR, E. E. (1990). *The Management of Protracted Social Conflict: Theory and Cases*. Hampshire, England and Brookfield, Vermont: Dartmouth Publishing Company Limited.
- BAYLIS, J., SMITH, S. & OWENS, P. (2008). *The Globalization of World Politics: An Introduction to International Relations*. New York: Oxford University Press.
- BILGIN, P., BOOTH, K. & JONES, R. (1998). Security Studies: The Next Stage? *Nação e Defesa*, 84(2), 131-157.
- BLATTMAN, C. & MIGUEL, E. (2010). Civil War. *Journal of Economic Literature*, 48(1), 3-57.
- BOOTH, K. (1997). Security and Self: Reflections of a Fallen Realist. In K. Krause & M. C. Williams, *Critical Security Studies: Concepts and Cases* (pp. 83-119). London: UCL Press.
- BOULDING, K. E. (1977). Twelve Friendly Quarrels with Johan Galtung. *Journal of Peace Research*, 47(5), 75-86.

- BOYS, J. (2012). A Lost Opportunity: The Flawed Implementation of Assertive Multilateralism (1991-1993). *European Journal of American Studies*, 7(1), 1-14.
- BRZEZINSKI, Z. (1997). *The Grand Chessboard: American Primacy and its Geostrategic Imperatives*. New York: Basic Books.
- BUHAUG, H., CEDERMAN, L.-E. & GLEDITSCH, K. S. (2014). Square Pegs in Round Holes: Inequalities, Grievances, and Civil War. *International Studies Quarterly*, 58, 418-431.
- BULL, H. (1966). International Theory: The Case for a Classical Approach. *World Politics* 18(3), 361-77.
- BULL, H. (1977). *The Anarchical Society*. London: Macmillan.
- BURTON, J. W. (1987). *Resolving Deep-Rooted Conflict: A Handbook*. Lanham, MD and London: University Press of America.
- BUZAN, B. (1983). *People, States, and Fear: The National Security Problem in International Relations*. University of Michigan: Wheatsheaf Books.
- BUZAN, B. (1991). New Patterns of Global Security in the Twenty-First Century. *International Affairs*, 67(3), 431-451.
- BUZAN, B. & HANSEN, L. (2009). *The Evolution of International Security Studies*. Cambridge: Cambridge University Press.
- BUZAN, B., WAEVER, O. & WILDE, J. D. (1998). *Security a New Framework for Analysis*. Boulder, CO: Lynne Rienner.
- BYRNE, S. & SENEHI, J. (2009). Conflict Analysis and Resolution as a Multidiscipline. In D. J. Sandole, S. Byrne, I. Sandole-Staroste & J. Senehi (eds.), *Handbook of Conflict Analysis and Resolution* (pp. 45-58). New York: Routledge.
- CARR, E. H. (1939). *The Twenty Year's Crisis*. New York: Harper Torchbooks.
- COLLECTIVE, C. (2006). Critical Approaches to Security in Europe: A Networked Manifesto. *Security Dialogue*, 37, 443-487.

- COLLIER, P., HOEFFLER, A. & ROHNER, D. (2009). Beyond Greed and Grievance: Feasibility and Civil War. *Oxford Economic Papers*, 61, 1-27.
- CRAVINHO, J. G. (2002). *Visões do Mundo*. Lisbon: ICS - Instituto de Ciências Sociais.
- CURTIS, G. (ed.) (1996). *Russia: A Country Study*. Washington: GPO for the Library of Congress.
- DAVIDSON, W. D. & MONTVILLE, J. V. (1981). Foreign Policy According to Freud. *Foreign Policy*, 45, 45-157.
- DERRIDA, J. (1976). *Of Grammatology*. Baltimore: Johns Hopkins.
- DERRIDA, J. (1981). *Positions*. Chicago: University of Chicago Press.
- DEUTSCH, K. W. (1957). *Political Community and the North Atlantic Area: International Organization in the Light of Historical Experience*. Princeton: Princeton University Press.
- DIAMOND, L. & MCDONALD, J. (1991). Multi-Track Diplomacy: A Systems Guide and Analysis. *Iowa Peace Institute Occasional Paper 3*, Iowa Peace Institute, Grinnell, Iowa.
- DIAMOND, L. & MCDONALD, J. W. (1996). *Multi-Track Diplomacy: A Systems Approach to Peace*. West Hartford, CT: Kumarian Press.
- DOYLE, M. W. (1983). Kant, Liberal Legacies, and Foreign Affairs. *Philosophy & Public Affairs*, 12(3), 205-235.
- DOYLE, M. W. (1986). Liberalism and World Politics. *The American Political Science Review*, 80(4), 1151-1169.
- DUFFIELD, M. (2001). *Global Governance and the New Wars: The Merging of Development and Security*. London: Zed Books.
- ECK, K. (2008). An Overview and Typology of Conflict Data: The Advantages of Data Diversity. In M. Kauffmann (eds.), *Building and Using Datasets on Armed Conflicts* (pp. 29-40). Amsterdam: IOS Press.

- EUN, Y. (2016). *Pluralism and Engagement in the Discipline of International Relations*. Singapore: Springer.
- FOUSKAS, V. (2003). *Zones of Conflict. US Foreign Policy in the Balkans and the Greater Middle East*. London: Pluto Press.
- FUKUYAMA, F. (1989). The End of History. *The National Interest*, 16, 3-18.
- GALTUNG, J. (1969). Violence, peace and peace research. *Journal of Peace Research*, 6(3), 167-191.
- GATES, S. (2014). *Journal of Peace Research 50th Anniversary Presidential Roundtable*. ISA Conference. Toronto, Canada. Acedido a 1 Março 2017 em <https://www.youtube.com/watch?v=XBUCdZyrbtc>
- GLEDITSCH, N. P. (1989). Focus On: Journal of Peace Research. *Journal of Peace Research*, 26(1), 1-5.
- GLEDITSCH, N. P. (2008, June 3). *An Irreverent History of Peace Research*. Apresentação Henrik-Steffens-Vorlesung, Universidade Humboldt de Berlim, 3 Junho 2008, Berlin.
- GLEDITSCH, N. P., NORDKVELLE, J. & STRAND, H. (2014). Peace Research - Just the Study of War? *Journal of Peace Research*, 51(2), 145-158.
- GOLDSTEIN, J. S. & FREEMAN, J. R. (1990). *Three-Way Street. Strategic Reciprocity in World Politics*. Chicago and London: University of Chicago Press.
- GRAY, C. (2006). *Security Threats in the 21st Century*. UK: University of Reading.
- GUBA, E. & LINCOLN, Y. (2000). Paradigmatic Controversies, Contradictions, and Emerging Confluences. In N. Denzin & Y. Lincoln (eds.), *The SAGE Handbook of Qualitative Research* (3rd-ed) (pp. 163-188). Thousand Oaks, CA: Sage.
- HABLES GRAY, C. (1997). *Post-modern War: The New Politics of Conflict*. London: Routledge.
- HERON, J. & REASON, P. (1997). A Participatory Inquiry Paradigm. *Qualitative Inquiry*, 3(3), 274-294.

- HERZ, J. (1951). *Political Realism and Political Idealism: A Study in Theories and Realities*. Chicago: University of Chicago Press.
- HOFFMAN, F. (2007). *Conflict in the 21st century; The Rise of Hybrid Wars*. Arlington: Potomac Institute for Policy Studies.
- HOLLOWAY, D. (1988/1989). Gorbachev's New Thinking. *Foreign Affairs*, 68(1), 66-81.
- HOLSTI, K. J. (1996). *The State, War and the State War*. Cambridge: Cambridge University Press.
- HOOVER, C. A. (1987). *A Realistic Theory of Science*. Albany, N.Y.: State University of New York Press.
- HUNTINGTON, S. (1996). *The Clash of Civilizations and the Remaking of World Order*. New York : Simon & Schuster.
- HUNTINGTON, S. P. (1993). The Clash of Civilizations?, *Foreign Affairs*, 72(3), 22-49.
- JACKSON, R. & SORENSEN, G. (1999). *Introduction to International Relations*. Oxford: Oxford University Press.
- KALDOR, M. (1999). *New and Old Wars: Organised Violence in a Global era*. Cambridge: Polity Press.
- KALDOR, M. (2013). In Defense of New Wars. *Stability*, 2(1), 1-16.
- KAPLAN, M. (1966, October). The New Great Debate: Traditionalism vs Science in International Relations. *World Politics*, 19(1), 1-20.
- KEOHANE, R. O. (1988). International Institutions: Two Approaches. *International Studies Quarterly*, 32(4), 379-396.
- KEOHANE, R. & NYE, J. (1971). Transnational Relations and World Politics. *International Organization*, 25(3), 329-349.
- KRIESBERG, L. (1997). The Development of the Conflict Resolution Field. In W. Zartman & L. Rasmussen (eds.), *Peacekeeping in International Conflict*, (pp. 51-77). Washington, DC: United States Institute of Peace Press.

- KRIESBERG, L. (2009). The Evolution of Conflict Resolution. In J. Bercovitch, V. A. Kremeniuk & I. W. Zartman (eds.), *The SAGE handbook of conflict resolution* (pp. 15-32). Los Angeles: SAGE.
- KRIESBERG, L., NORTHROP, T. A. & THORSON, S. J. (1989). *Intractable Conflicts and their Transformation*. Syracuse, NY: Syracuse University Press.
- KUHN, T. (1962). *The Structure of Scientific Revolutions*. Chicago: University of Chicago Press.
- KURKI, M. & WIGHT, C. (2013). International Relations and Social Science. In T. Dunne, M. Kurki & S. Smith, *International Relations Theories, Discipline and Diversity* (pp. 14-35). Oxford: Oxford University Press.
- LAPID, Y. (1989). The Third Debate: On the Prospects of International Theory in a Post-Positivist Era. *International Studies Quarterly*, 33(3), 235-254.
- LEVY, J. (1998). The Causes of War and the Conditions of Peace. *Annual Review of Political Science*, 1, 139-165.
- LEVY, J. (2007). Theory, Evidence, and Politics in the Evolution of International Relations Research Programs. In R. N. Lebow & M. I. Lichbach (eds.), *Theory and Evidence in Comparative Politics and International Relations*. (pp. 177-97). New York: Palgrave Macmillan.
- LEVY, J. S. (2000). Reflections on the Scientific Study of War. In J. A. Vasquez (eds.), *What Do We Know About War?* (pp. 319-327). Lanham, MD: Rowman & Littlefield.
- LEVY, J. S. (2015). *Theories of War and Peace (Syllabus Political Science 522- Spring)*. Rutgers University.
- LEVYS, J. (2011). Theories and Causes of War. In C. J. Coyne & R. L. Mathers (eds.), *The Handbook on Political Economy of War* (pp. 13-33). Cheltenham, UK: Edward Elgar.
- MCCLINTOCK, A. (1992). The Angel of Progress: Pitfalls of the Term "Post-Colonialism". *Social Text*, 31(32), 84-98.
- MEARSHEIMER, J. (2001). *The Tragedy of Great Power Politics*. New York: W. W. Norton.

- MOITA, L. (1985). A ameaça da guerra e o movimento da paz. *Economia e Socialismo – Revista trimestral de economia política*, 64/65, 31-48.
- MORGENTHAU, H. (1948). *Politics Among Nations: The Struggle for Power and Peace*. New York: Knopf.
- MORIARTY, P. (2016, February 6). Acedido 28 Dezembro 2016 em <https://muirheart.wordpress.com/2016/02/06/were-flattered-but-enough-of-the-physics-envy-its-embarrassing-us-all/>
- MUNKLER, H. (2005). *The New Wars*. Cambridge: Polity Press.
- OSGOOD, C. E. (1962). *An Alternative to War or Surrender*. Urbana : University of Illinois Press.
- PENDER, J. (2001). From ‘Structural Adjustment’ to ‘Comprehensive Development Framework’: Conditionality Transformed? *ThirdWorld Quarterly*, 22(3), 397-411.
- PFETSCH, F. & ROHLOFF, C. (2000). KOSIMO: A Databank on Political Conflict. *Journal of Peace Research*, 37(3), 379-89.
- PUREZA, J. M. (2011). O Desafio Crítico dos Estudos para a Paz. *Relações Internacionais* (32), 5-22.
- RAMSBOTHAM, O., WOODHOUSE, T. & MIAL, H. (2011). *Contemporary Conflict Resolution: The Prevention, Management and Transformation of Deadly Conflicts*. Cambridge, UK: Polity.
- RAPOPORT, A. & CHAMMAH, A. M. (1965). *Prisoner’s Dilemma; a Study in Conflict and Cooperation*. Ann Arbor.: University of Michigan Press.
- RAPOPORT, A. & DALE, P. (1966). Models for Prisoner’s Dilemma. *Journal of Mathematical Psychology*, 3(2), 269-286.
- RICHARDSON, L. F. (1960). *Statistics of Deadly Quarrels*. Pittsburgh: Boxwood.
- RICHE, F. (2012). *A Guinada Quântica no Pensamento de Alexander Wendt e suas Implicações para a Teoria das Relações Internacionais* (PhD thesis). Brasília.
- ROGERS, P. & RAMSBOTHAM, O. (1999). Then and Now: Peace Research—Past and Future. *Political Studies* (47), 740–754.

- RUSSETT, B. & KRAMER, M. (1973). New Editors for an Old Journal. *Journal of Conflict Resolution*, 17(1), 3-6.
- SAMBANIS, N. (2002). A Review of Recent Advances and Future Directions in the Quantitative Literature on Civil War. *Defence and Peace Economics*, 13(3), 215-243.
- SCHMID, H. (1968). Peace Research and Politics. *Journal of Peace Research*, 5(3), 217-232.
- SHARP, G. (1973). *The Politics of Nonviolent Action*. Boston: Porter Sargent.
- SINGER, J. D. (1961). The Level-of-Analysis Problem in International Relations. *World Politics*, 14(1), 77-92.
- SMITH, R. (2005). *The Utility of Force*. London: Alfred A. Knopf.
- SOROKIN, P. A. (1937). *Fluctuation of Social Relationships, War and Revolution (Vol. 3)*. New York: American Book Company.
- SOUSA, R. R. (2017). United Nations Security Council Primacy over Military Interventions in Africa and the African Peace and Security Architecture (APSA). In L. Moita & V. Pinto, *Espaços Económicos e Espaços de Segurança*. Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa.
- TEIXEIRA, J. (2011). *Teorias das Relações Internacionais. Da Abordagem Clássica ao Debate Pós-Positivista*. Coimbra: Almedina.
- THE NEW YORK TIMES. (1992). Excerpts From Pentagon's Plan: 'Prevent the Re-Emergence of a New Rival'. Washington, USA. Acedido a 18 de Dezembro 2016 em <http://www.nytimes.com/1992/03/08/world/excerpts-from-pentagon-s-plan-prevent-the-re-emergence-of-a-new-rival.html?pagewanted=all>
- THE WHITE HOUSE. (2002). *The National Security Strategy of the United States*. Washington: The White House.
- TRNKA, R. & LORENCOVÁ, R. (2016). *Quantum Anthropology. Man, Culture and Groups in a Quantum Perspective*. Prague: Karolinum Press.

- USCNS/21. (1999). *New World Coming: American Security in the 21st Century*. The United States Commission on National Security/21st Century. Washington, DC : US Government Printing Office.
- VIOTTI, P. & KAUPPI, M. (2012). *International Relations Theory: Realism, Pluralism, Globalism, and Beyond*. 5th edn. Boston, MA: Longman.
- WAEVER, O. (1995). Securitisation and Desecuritisation. In R. D. Lipschutz (eds.), *On Security* (pp. 46-87). New York: Columbia University Press.
- WÆVER, O. (2004). 'Aberystwyth, Paris, Copenhagen: New "Schools" in Security Theory and Their Origins Between Core and Periphery'. Paper presented at the 45th Annual Convention of the International Studies Association 17–20 March. Montreal, Canada.
- WÆVER, O. (2009). Waltz's Theory of Theory. *International Relations*, 23(2), 201-222.
- WAEVER, O., BUZAN, B., KELSTRUP, M. & LEMAITRE, P. (1993). *Identity, Migration and the New Security Agenda in Europe*. London: Printer.
- WAGNER, B. & GEBAUER, J. (2008). *Alexander Wendt's Auto-Critique and Social Constructivism. (draft version .21)*. Acedido a 5 Março 2017 em https://www.academia.edu/246012/Alexander_Wendt_s_auto-critique_and_social_constructivism
- WALLENSTEEN, P. (2001). *The Growing Peace Research Agenda*. Joan B. Kroc Institute for International Peace Studies.
- WALTZ, K. N. (1979). *Theory of International Politics*. MA: Addison-Wesley.
- WALTZ, K. N. (1959). *Man, the State, and War; a Theoretical Analysis*. New York: Columbia University Press.
- WENDT, A. (2015). *Quantum Mind and Social Science. Unifying Physical and Social Ontology*. Cambridge, UK: Cambridge University Press.
- WESTING, A. (1989). The Environmental Component of Comprehensive Security. *Bulletin of Peace Proposals*, 20(2), 129-134.

WIGHT, M. (1977). *Systems of States*. Leicester: Leicester University Press.

WILLIAMS, P. D. (2008). Security Studies: An Introduction. In P. D. Williams (eds.), *Security Studies: An Introduction* (pp. 1-10). London and New York: Routledge.

WOOLLEY, J. (2015, August). *Wittgenstein against 'Positivist' Approaches to International Relations: Replacing the Anti-Representationalist Objection* (PhD thesis). University of East Anglia.

WRIGHT, Q. (1942). *A Study of War*. Chicago: University of Chicago Press.